

454ª Reunião Ordinária do CONSEMA

00:02:17 Naiana Lanza: Bom dia a todos e a todas, agradeço a presença e de todo mundo. Bom dia, Jônatas, representando a presidente do Conselho, a senhora Natália Resende, o subsecretário Cristiano, Mayla, conselheiros e conselheiras e demais amigos que nos acompanham presencialmente e pela internet. Tendo sido verificado quórum, à mesa declara abertos os trabalhos da Reunião Ordinária nº 454 do Plenário do CONSEMA, que tem pauta conhecida, distribuída no prazo regimental a todos e a todas. Informo que a transmissão ao vivo dessa reunião pode ser acessada no YouTube da secretaria, na página @semilsp, e que a plenária ocorre na sala de reuniões do CONSEMA, o Plenário Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual, através de videoconferência. Então, como o primeiro item aqui do expediente preliminar, passamos à aprovação da ata da plenária passada, a ata número do Plenário 453, distribuída junto à convocatória aos conselheiros e às conselheiras, razão pela qual eu peço ao plenário que dispense a leitura. Alguém tem algum comentário em relação a ata? Então fica, portanto, considerada aprovada pela presidência. Com a palavra, o senhor subsecretário de Meio Ambiente, Jônatas Trindade, representando a presidente deste conselho, a senhora Natália Resende, para suas comunicações e informes. Obrigada, secretário.

00:03:58 Jônatas Trindade: Bom dia, pessoal. Tudo bem com vocês? Começando uma reunião importante de início de ano, já tivemos uma em janeiro. Eu não pude estar presente, estava de férias para descansar um pouquinho, mas é mais para trazer algumas notícias relacionadas à agenda de meio ambiente, que tem relação também com nossa secretaria. Um primata nascido no CecFau, que é o nosso Centro de Conservação de Fauna Silvestre, ela foi destinada para um zoológico lá no Rio Grande do Sul. Nós temos um programa de reforço populacional de algumas espécies com reprodução em cativeiro, e o CecFau, que fica em Araçoiaba da Serra, é um importante instrumento desse trabalho que é desenvolvido em São Paulo. São Paulo é referência nesse tipo de ação, nós temos algumas espécies em que a gente realmente tem um trabalho importante de reprodução de espécies, principalmente ameaçadas de extinção, então, é um privilégio poder trabalhar na Secretaria, que tem um trabalho desse, que não é um trabalho fácil, demanda um acompanhamento técnico constante, com veterinário, equipe para a questão de alimentação, e até dos modos ou hábitos para que haja a reprodução desses animais em cativeiro. Então, a importância desse centro, e acho que é um espaço também que a gente pode, se os conselheiros assim desejarem, agendar visitas para entender o trabalho que é feito, que é um trabalho de muita relevância, reconhecido nacionalmente, internacionalmente. Um outro ponto importante, eu acho que é o trabalho que tem sido feito pelo Estado de São Paulo nessas situações que a gente tem observado, não só no interior, mas no litoral também, em relação às enchentes que a gente tem observado nos últimos dias, tem sido desafiador. Os colegas da Defesa Civil têm trabalhado diuturnamente para poder assistir a população, porque realmente as chuvas se intensificaram num volume considerável nos últimos dias. São Paulo também continua num processo forte de restauração. A gente tem feito um trabalho muito profícuo, com destaque agora recente, para Bragança Paulista, que foram destinados recursos para a restauração no âmbito do Refloresta. Então, a gente tem feito um trabalho muito intenso de se aproximar com os produtores rurais e trabalhar em projetos de restauração, tentando conciliar com a produção agrícola. Além disso, nós temos feito um trabalho também em decorrência de uma demanda que tem de decisão judicial de fortalecimento da nossa rede de atendimento de CETRAS. Nós estamos com um trabalho de criação de três novos

CETRAS, na verdade, adaptação e melhoria de CETRAS e instalação de novos CETRAS, dois sendo trabalhados por meio de convênio com a Unesp, que é a Unesp Botucatu e Araçatuba. E a gente está num processo de conveniamento com eles para poder reforçar essa rede de atendimento, e mais três CETRAS que estão sendo trabalhados com o DER, nós firmamos um convênio com o DER para aproveitar as estruturas do DER, adaptá-las e fazer novas construções para que a gente possa receber animais no estado de São Paulo. Então, nosso intuito é ampliar essa rede de atendimento, buscando também parcerias também com prefeituras, para que a gente tenha uma rede robusta de atendimento e recepção desses animais, muitos deles apreendidos pela Polícia Ambiental, que tem um papel fundamental nesse trabalho, ou animais também de resgate, e animais também recuperados e eventualmente, de atropelamento ou coisas do tipo. Então tem um trabalho de fortalecimento que o Ministério Público tem acompanhado, um trabalho que vem sendo desenvolvido e muito no intuito de formalizar um acordo nessa ação judicial, e a gente tem estabelecido uma série de compromissos para poder reforçar não só a questão do fortalecimento da rede de atendimento de CETRAS, mas também no combate ao tráfico e todas as ações que estão inerentes a que a gente tenha realmente uma natureza mais rica com os animais soltos na natureza. Um outro destaque, e depois eu vou passar para a Lara, é o Verão no Clima, que a gente tem desenvolvido várias ações, cada semana tem um município que está recebendo o Verão no Clima. Tem sido muito rico, e a colaboração dos municípios tem sido fundamental nesse processo. Verão no Clima tem se consolidado como uma forma de mostrar para quem está no litoral a importância do cuidado, em especial a questão dos resíduos sólidos, que às vezes a gente joga uma bituca de cigarro ou deixa uma latinha. A gente tem que ter esse cuidado, e é um trabalho que tem funcionado muito bem. A gente tem associado esporte, lazer, cultura, em ações estruturadas nos municípios do litoral. E temos uma agenda para frente, a Lara pode explicar um pouquinho depois. A gente tem feito um trabalho muito forte, a Secretária de uma forma geral, se o Cristiano depois quiser destacar em relação às medidas de ampliação da rede de coleta de esgoto, de abastecimento de água, projetos também de estruturação para a resiliência hídrica, em especial da Região Metropolitana de São Paulo. Então, esse é um trabalho que tem sido diuturnamente tratado pela Sub de Recursos Hídricos e Saneamento, o Cristiano está à frente e ele pode falar um pouquinho mais. O governo também continua ainda na discussão do Plano de Logística, o Agnaldo pode falar um pouquinho também como é que está essa consulta pública, como é que estão sendo esses debates, essas audiências que estão sendo feitas para a formulação do PLI, se assim o quiser. Outros pontos de destaque também é a questão da consulta pública do Projeto de Segurança Hídrica da Bacia do PCJ. Até hoje está aberta a consulta, foi prorrogada e vence hoje o prazo para contribuições. Foi lançado também o "Na Rota da Água", com o objetivo de mostrar as entregas que estão sendo feitas, tanto de água como saneamento. A consulta pública, também de implementação da política de logística reversa, está aberta até o dia 27 de fevereiro. Então, ainda tem mais dois dias para contribuições, também foi prorrogada. E a gente também tem feito um trabalho forte de capacitação das prefeituras para a gestão de resíduos sólidos. Então, basicamente, esse seriam os informes que eu gostaria de passar para senhores e senhoras. Naiana, por favor.

00:11:31 Naiana Lanza: Obrigada secretário. Então, como o informe inicial, eu gostaria só de dar continuidade aos informes que eu tenho trazido em relação ao Licenciamento Municipal Ambiental, dizer que nós acabamos de atualizar o site do CONSEMA com algumas informações, principalmente em relação à publicidade, aos aspectos de transparência. A gente ainda está naquela consolidação final, enfim, mas já subimos as informações com o

objetivo de permitir essa transparência das informações. Quais informações são essas? As informações que foram atualizadas ali no site do CONSEMA são as informações relacionadas às transferências dos municípios. Isso significa que a gente fez uma solicitação para os municípios para que eles informassem onde estavam as informações públicas relacionadas ao Licenciamento, relacionadas ali ao Artigo 4º da Deliberação CONSEMA. Então isso foi feito, a gente tem um trabalho contínuo, então acredito que a gente já tenha avançado uma casa em relação a esse tema, sem prejuízo, obviamente, da gente fazer aquela reunião que tínhamos combinado, estamos aí aguardando as manifestações da CJ. Em segundo ponto, eu queria informar que a gente acabou de receber aqui do conselheiro Sanseverino um pedido de avocação. Nós temos aqui na pauta a questão do empreendimento Nova ligação entre o Planalto e a Baixada Santista, nos municípios de São Bernardo do Campo, São Vicente, Cubatão, sob responsabilidade da concessionária Ecovias. Então, tem esse pedido aqui protocolado, então cabe aqui ao plenário decidir se vamos avocar esse processo. Então sugiro que a gente já faça isso agora, antes de entrar na Ordem do Dia, se todos tiverem de acordo, a gente já. Não sei se o Sanseverino gostaria de fazer uso da palavra em relação ao requerimento, antes de a gente abrir para discussão e para votação.

00:13:42 Carlos Sanseverino: Bom dia à Mesa Diretora dos trabalhos, cumprimento a todos na pessoa da doutora Naiana, e peço licença também ao Secretário Jônatas para aqui fazer comentários sobre essa indicação, me dirigindo também à querida Mayla e ao Cristiano, e a todos os conselheiros. Nós todos estamos acompanhando o stress do sistema do aparelho Anchieta-Imigrantes, e que tem sido motivo de muitas preocupações para nós todos. Ainda esta semana, o presidente da Autoridade Portuária fez saber da produção de safra recorde do sistema do Porto de Santos, que indica o maior porto das Américas. E nós não temos alternativa logística. Nós temos um stress hoje de todos os modais da região, com uma circunstância que em tanto, com o aumento da poligonal quanto da perimetral, e mais, com o afluxo das pessoas da Baixada de todos os dias, as pessoas que vêm trabalhar em São Paulo ou descendo, nós acabamos percebendo que entre as comunicações tem havido a liberação da Bandeirantes para caminhões, os caminhões passaram a subir pela Imigrantes, a média de velocidade, segundo o sistema, passou a ser aos finais de semana, de três a quatro para descer, de três a quatro horas para subir. E, portanto, eu acho que é um tema que nós aqui da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente deveríamos debater com a sociedade civil a relevância do tema e entender da concessionária quais os caminhos que ela está tomando em relação à questão da segurança e em relação ao meio ambiente. Está aqui o coronel, comandante da Polícia Militar Ambiental, tema que nós já sabemos que trouxe e traz muita insegurança para quem desce. Muitas vezes aconteceu assaltos, muitas vezes aconteceu dano ao meio ambiente, então nós gostaríamos que houvesse uma exposição aqui na sede do CONSEMA, da concessionária. Eu sei que há um esforço da concessionária, inclusive em retirar os pedágios, passar lá para o Free Flow, que é para liberar um pouco o stress, mas eu acho que o tema é de tanta relevância, atinge tantos municípios da Baixada, que eu acho que valeria a pena, senhor secretário, que o tema fosse trazido aqui para essa Secretaria. A sociedade está toda representada aqui, então eu faço o apelo aos conselheiros para que esse tema pudesse ser objeto de debate, para que nós todos pudéssemos contribuir, entender e até mesmo se a concessionária estiver como eu imagino, esteja com toda a boa vontade em fazer o melhor trabalho possível, seja ecoado a sociedade civil por intermédio desse conselho. Esse é o nosso pleito, e eu não sei se seria possível passar a palavra ao conselheiro Paulo Rêgo, que está nos acompanhando digitalmente, e que a proposta veio

dele, e ele é um importante representante da bancada ambientalista há muitos anos nesta Casa. Muito obrigado.

00:16:42 Jônatas Trindade: Paulo, por favor.

00:16:42 Paulo Nelson do Rêgo: Bom dia a todos. Com prazer cumprimento a todos os conselheiros. Como o Conselheiro Carlos colocou, é de suma importância esse tema ser trazido ao conhecimento de todos. Nós temos consciência da importância da nova logística para a descida da serra, com todas as necessidades que são inerentes ao tema, mas eu acho que o debate no âmbito do CONSEMA é de suma importância para que possamos contribuir com o processo e possamos também, trazendo ao conhecimento da sociedade, todas as implicações que esse projeto traz dentro do seu bojo. Eu acho que a nossa figura como CONSEMA aqui é de suma importância no sentido de debater com profundidade. E a secretária, que sempre é muito adepta a esses debates, então eu faço aqui um pedido para que a gente desperte todos os conselheiros que possam endossar esse pedido que nós formulamos formalmente ao CONSEMA. Obrigado.

00:18:21 Naiana Lanza: Eu queria esclarecer aqui o aspecto regimental em relação ao requerimento que foi apresentado aqui pelo Conselheiro Sanseverino, pelo Regimento, nós precisamos de nove conselheiros para endossar esse pedido. O requerimento que foi apresentado aqui consta com cinco assinaturas, do conselheiro Paulo Nelson, do Sanseverino, do Manara, do Leduc, do CREA também, o Misaka também, então acho que temos essa informação, então acho que seria o caso agora do plenário decidir se tem mais conselheiros que endossam esse pedido que foi apresentado pelo Sanseverino, para ver se nós teremos o quórum necessário para que isso seja apreciado na próxima plenária do conselho.

00:19:10 Carlos Sanseverino: Por uma questão de ordem, agradeço o esclarecimento. Nós temos ciência da importância da adesão, temos ciência que aqui entre os presentes, agora, os demais membros que aqui estão são do Estado, portanto, é importante também a manifestação de quem tiver nos acompanhando à distância, porque entre os presentes que não são do Estado, já houve a adesão. É importante, inclusive, que o próprio Estado reflita esta condição, e já declino aqui que a Ordem dos Advogados do Brasil, por ser o Conselho Estadual e Federal, irá promover um debate sobre o estresse do sistema Anchieta - Imigrantes. Ótimo se puder ser ecoado e mais ainda com a representação que o CONSEMA tem, que o tema seja trazido para cá, por isso que a gente fez a relevância. E quero dizer, a iniciativa é do conselheiro Paulo Rêgo, que representa a bancada ambientalista, e a Ordem dos Advogados e demais conselheiros que aqui estão, como já foram declinados, o CREA, o Manara, o Leduc também assinaram, só para registrar isso. Muito obrigado.

00:20:12 Jônatas Trindade: A ideia é dar essa abertura para que outros possam se manifestar, para a gente cumprir o que está no regimento. Quem gostaria de se manifestar, pode ser até levantando a mãozinha on-line, ou presencial, para a gente ter o quórum, cumprir a exigência mínima aqui do lado do regimento.

00:20:33 Naiana Lanza: Então, acho que a gente pode aqui, para o pessoal que está no presencial, se tem mais conselheiros que gostariam de endossar esse pedido, solicito que levantem a mão. Então, conselheiro Henrique. Somente o conselheiro Henrique? Rodrigo.

00:20:50 Jônatas Trindade: Então já temos sete.

00:20:53 Naiana Lanza: Para endossar. Rodrigo não, então seis. E mais três online. Online nós temos a Claudia Sorge, a Tatiana Barreto, no Ministério Público e, na verdade, o Paulo Nelson, que já estava aqui, então a gente não considera, e também agora a Raquel Cabral levantou a mão. Então, de fato, três pessoas a mais. Então, fica então aprovado para que esse processo seja avocado para a próxima reunião plenária do CONSEMA.

00:21:26 Carlos Sanseverino: Muito obrigado, agradeço em nome de todos. Agradeço o Paulo Rêgo pela iniciativa e agradeço aos conselheiros pela visão democrática e participação da sociedade civil. Muito obrigado, secretário.

00:21:35 Jônatas Trindade: É importante mesmo, é um projeto importante, estratégico, tem uma lógica que está sendo trabalhada ambientalmente, aspectos importantes a serem discutidos aqui nesse plenário. Eu espero, a gente tem que combinar com a CETESB para ver se a empresa, quem desenvolveu o Eia Rima possa trazer uma apresentação. Acho que vale a pena fazer uma apresentação expedita, que a gente consiga apresentar da melhor forma possível esse estudo e os resultados do estudo, e o que está sendo pensado em relação a esse projeto. Então, parabéns pela iniciativa, Paulo, que eu acho que é sempre bom a gente estar debatendo também esses projetos que são estratégicos e importantes para o estado.

00:22:22 Naiana Lanza: Bom, então passamos agora aos Assuntos de Interesse Geral, 30 minutos de fala dividido entre os conselheiros e as conselheiras. Então vamos fazer a inscrição do uso da palavra. Hoje, como nós temos três apresentações, como já é de praxe, eu já vou pedir antecipadamente para que todo mundo ajude nas falas objetivas e rápidas para que a gente consiga cumprir as três apresentações. Aqui no plenário, quem gostaria de fazer uso da palavra? Vamos lá. Então, checando aqui, só confirmando no plenário: Sanseverino, Manara, Rodrigo, Lara, Nalon e o Leduc também. Online temos então o Victorino, a Cris Murgel, o Marcelo Marcondes, Paulo Nelson e a doutora Tatiana. Bom, então como temos 13 conselheiros, temos três minutos de fala para cada conselheiro, iniciando a fala pelo conselheiro Sanseverino. Por favor, eu peço a gentileza de todo mundo falar a instituição e o nome, porque para aquelas pessoas que nos acompanham online e não estão tão familiarizados com os rostos das pessoas. Por favor, conselheiro.

00:24:08 Carlos Sanseverino: Obrigado doutora Naiana, mais uma vez saudando a todos os conselheiros. A nossa palavra é rápida para informar o seguinte: Hoje nós temos também, coincidiu as agendas, da reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, que é o maior conselho da cidade de São Paulo e da maior cidade do país. E portanto, nós estamos divididos, e até já justifico a minha ausência a partir do meio da reunião, porque eu tenho uma fala lá, e eu vou me deslocar para o Paraíso, para a reunião do Conselho Municipal da cidade de São Paulo. Por oportuno, eu já tinha aqui trazido um pleito da Ordem dos Advogados, que era a instalação de um sistema de comunicação entre os conselheiros via WhatsApp. Eu gostaria de, mais uma vez insistir nisso, porque já tem isso no Conselho Municipal e é muito importante para que a gente receba as comunicações, além do e-mail, que às vezes se perde, ali a gente tem a possibilidade de acompanhar os movimentos de todos os conselheiros. Então, por exemplo, a Polícia Militar Ambiental está fazendo um evento, está fazendo uma

comunicação, ou tem uma urgência, ou a gente tem uma questão da Defesa Civil. Tudo fica mais fácil com essa comunicação. Então eu gostaria que fosse colocado em votação a importância de nós termos um sistema de comunicação entre os conselheiros e sempre com as regras de comunicação via WhatsApp, de absoluta liturgia e respeito entre os membros. Quer dizer, não é para falar de time de futebol, nem de aniversário, é para falar dos temas de infraestrutura e meio ambiente. A gente tem essas regras em vários WhatsApps, então eu estou sugerindo isso. Também queria informar que nós vamos fazer pela OAB um debate sobre a questão do refugiado sócio ambiental. Será em sede do Conselho Federal e eu vou trazer notícias aqui, vou mandar o convite, mais uma razão para a gente ter essa comunicação também. E finalmente, em relação aos temas que serão debatidos aqui hoje, aqui a notícia da apresentação de um monitoramento ambiental por imagens de satélite. Eu também pediria que, após a apresentação, o material fosse disponibilizado, porque nós da OAB, gostaríamos de debater o tema internamente para oferecer contribuições, já que isso pode funcionar tanto preventivamente quanto corretivamente para inúmeras operações, mesmo de Termo de Ajustamento de Conduta, situações de crimes ambientais, situações de emergências climáticas. Então a gente pode aproveitar o monitoramento por satélite para contribuir enquanto sociedade. Eram essas minhas as minhas solicitações, muito obrigado.

00:26:38 Naiana Lanza: Obrigada conselheiro. Eu já vou responder em relação ao WhatsApp. Nós aqui, desde abril do ano passado, temos uma nova estrutura na Secretaria, que é a Assessoria de Colegiados, que tem esse objetivo de dar um apoio operacional para os colegiados, e em função disso, nós já estamos no processo de aquisição de um número institucional de assessoria de colegiados, justamente para facilitar essa comunicação com os conselheiros, porque hoje em dia ninguém mais atende o telefone, tudo via WhatsApp. Então já fica aqui registrado, Sanseverino, que a gente já tomou as medidas em relação a isso, então em breve teremos essa inovação nos conselhos. Tem ainda o processo de aquisição, enfim, mas estamos nessas tratativas. E em relação às apresentações, só lembrando que elas ficam disponíveis no site do conselho após a realização da plenária, então é só entrar lá no site do CONSEMA que as apresentações estão lá. Então, seguindo aqui para o uso da palavra pelos conselheiros, por favor, o conselheiro Manara. Lembrando que o Marcelo também pediu para eu falar, então vocês já podem dividir a fala vocês dois.

00:27:48 Marcelo Manara: É dividido ou somado? É importante isso.

00:27:49 Naiana Lanza: Dividido.

00:27:50 Marcelo Manara: Bom dia a todos. Primeiro, parabenizar o anúncio que o Secretário Jônatas fala sobre o CETRAS. É uma área que padece muito, realmente desses esforços. Então, parabéns por todos os investimentos e lembrar sempre uma coisa que eu já trouxe aqui algumas outras vezes, a necessidade de ter uma análise sinérgica e cumulativa dos licenciamentos de obras lineares, porque várias delas falam da necessidade de se atuar com fauna silvestre e, às vezes, juntar alguns desses compromissos pode sair o esforço coletivo do CETRAS. Bom, quero primeiro fazer um convite aqui para todos os conselheiros, em especial para o secretário Jônatas e para Lara da Educação Ambiental, dia três, agora em São José dos Campos, às 10h00, com a presença do vice-governador Felício Ramuth, e do cônsul de Israel, nós lançaremos o programa de Home Biogás, que é uma tecnologia de educação ambiental nas escolas, muito legal sobre resíduos, geração de energia, restauração florestal. Dia três, e depois eu mando o convite oficial. Também, em São José dos Campos,

nós aprovamos no Conselho Municipal, que tem 43 anos, conselheiro Sanseverino, 43 anos de Conselho Municipal, também é um conselho histórico, aprovou a realização do Inventário Energético para o município de São José dos Campos, uma iniciativa extremamente importante para o nosso programa Cidade Carbono Neutro. Parabenizar a secretária Natália e o governador Tarcísio pelo programa Na Rota da Água, também falando com efetividade em ações de segurança hídrica. E nós estamos articulando, junto com a Fundação Florestal, uma conversa com a secretária Natália sobre segurança hídrica, APRMs, Unidades de Conservação. Então nós também podemos, entendemos que vamos a ANAMMA vai contribuir bastante com essa proposta junto à Fundação Florestal aqui para as APRMs, 38 municípios das APRMs. E também informar que no recém lançado hub de tecnologia da Sabesp, no Parque de Inovação Tecnológica em São José dos Campos, eu fui muito bem atendido pelo diretor de inovação **Malan — [ininteligível 00:30:14]**, e também pelo Marcello Veiga, que é o diretor de interior, a Gabriela Cléa de Azevedo, que é a gerente regional da Sabesp. Dia quatro agora nós iniciaremos uma articulação para tornar o distrito de São Francisco Xavier uma área piloto de saneamento rural, utilizando das questões tecnológicas trazidas por esse hub de tecnologia da Sabesp, junto com o Parque Tecnológico de São José dos Campos. E por fim, agradecer a Agência Ambiental do Vale do Paraíba, na figura do secretário executivo Cláudio Scalli, que atendeu a um chamado do Conselho daqui do CONSEMA e recebeu conselheiros para demonstrar, para explicar e apresentar a Agência Ambiental no seu ambiente de licenciamento que tem feito há cinco anos, atingiu mais de 1000 licenciamentos emitidos. Porém, agradecer a Cris Murgel, nossa colega que esteve lá, participou, então teve a adesão dos conselheiros. E também o pessoal do Litoral Norte vai ser atendido agora na quinta-feira, porque houve o problema lá na Tamoios, não conseguiram ir, mas lamentar que a Ecophalt, nosso colega aqui do conselho que fez, que trouxe uma demanda requeitada aqui de críticas ao funcionamento da Agência, não se manifestou, nem tão pouco foi, mas também não se justificou sobre a ausência dessa oportunidade de dialogar diretamente com a Agência Ambiental. Obrigado.

00:31:45 Naiana Lanza: Obrigada. Então, na sequência, passamos ao Marcelo para continuidade da fala. Por favor, Marcelo, você tem um minuto.

00:31:56 Marcelo Marcondes: Bom dia a todos e a todas presentes. Bom, eu quero aqui só reforçar as falas do Manara e trazer a vocês a nossa participação no último mês, entre janeiro e fevereiro, pela JICA Yokohama, no Japão, a presença da ANAMMA e de representantes da SEMIL e da Cetesb, Pedro, Vitória e Cátia. Nós estávamos lá discutindo, participando de um curso e discutindo soluções para o gerenciamento de resíduos do controle do lixo marinho. Para isso, fortalecer aqui o nosso compromisso da ANAMMA em projetos que cuidem do nosso litoral, do litoral paulista, que combata o plástico. Reforçar o compromisso de governança pensando também, avocando os municípios interioranos, uma vez que o conceito é cidade, rio, oceano. Então, quando a gente fala de rio, a gente fala da integração das bacias hidrográficas, isso eu tenho conversado também com o Manara. Então eu trago esse assunto aqui para reflexão dos companheiros, para que a gente possa realmente avançar na Estratégia Nacional de Oceano Sem Plástico, em convergência com o Plano Estadual de Combate ao Lixo Marinho também. Então, nós precisamos dessa unidade. Eu quero apenas fazer esse registro para que a gente realmente não esqueça de fazer essa provocação, para que os conselheiros que tenham encaminhamentos façam depois para nós por e-mail, pelos nossos contatos, para que a gente possa ter uma ação bem efetiva na área. De modo geral é isso, obrigado.

00:33:35 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Passamos agora então ao conselheiro Eduardo Leduc, por favor.

00:33:41 Eduardo Leduc: Bom dia a todos, muito obrigado pela oportunidade. A minha fala se refere às tragédias e catástrofes que estão acontecendo, climáticas, anunciadas, previstas pela intensificação dos extremos climáticos que a gente só vê eles se materializando cada vez mais. E ressaltar a importância dos estudos que o Estado possui de suscetibilidade a riscos de inundação e deslizamento gravitacional de massa. Esses estudos são, na verdade, a melhor ferramenta para a resiliência das cidades e ainda pouco utilizados. Ressalto a importância de quanto mais pudermos fazer atualizações mais frequentes e até também expansão deles. Mas esses estudos são fundamentais e existem. Eu gostaria de lembrar aqui que, na normatização da sobre Licenciamento Ambiental, somente com intervenção pessoal da secretária Natália Rezende, a sociedade conseguiu, porque não conseguia nas comissões, que esses estudos fossem observados nos casos de licenciamento, porque a própria Comissão não conseguia aprovar, somente os ambientalistas exigiam isso. E foi por intervenção da Natália que isso consta das normas. Então, eu gostaria de ressaltar a importância que seja utilizado, que o Estado apoie e amplie até esses estudos, porque, novamente, a gente olha o que está acontecendo e os mapas disponíveis são tragédias anunciadas e serão cada vez mais frequentes. E falando também nisso, em inundações, queria parabenizar o trabalho da Polícia Ambiental que tem feito em algumas regiões ali do Litoral Norte e fiscalizando proativamente matas ciliares, porque essas matas ciliares é onde se concentram muitos dos problemas, tanto de inundação quanto de desbarrancamento, ou o que seja, levando um prejuízo financeiro enorme para o Estado, para as famílias, prejuízos sociais e também os prejuízos ambientais. Ressaltar e parabenizar o trabalho, pois a Polícia Ambiental tem pego flagrantes de pessoas expandindo invasões e ocupações irregulares em matas ciliares. Muito obrigado.

00:36:15 Naiana Lanza: Obrigada, Conselheiro. Na sequência, o conselheiro Victorino, que está online, representando o CREA.

00:36:26 Eduardo Victorino: Bom dia, secretário Jônatas. Hoje não podia estar aí, uma pena, eu adoro estar com vocês, mas a gente fez a abertura de um curso de deliberação normativa CONSEMA 01, de 24, com os profissionais aqui da região, e na abertura não daria tempo de eu estar aí. Mas bem rapidamente, primeiro, agradecer o meu amigo Eduardo, por permitir que eu pudesse estar falando, e dizer, então, agradecer a Natália, viu, Jônatas, que esteve aqui em Mairiporã, na **[00:37:00 ininteligível]** importantíssima para o nosso município, que faz a ligação com Franco da Rocha, esteve aqui conosco. A Natália é muito querida aqui por nós, a gente gosta muito dela, muito de todo o trabalho que está sendo feito. E a gente agradece também o governador por esse projeto aqui junto conosco. Dar um toque também para a Naiana, viu, Naiana, lá naquela deliberação do CONSEMA, que vocês estão atualizando, você dá uma olhada no link lá, que é aquilo que eu tinha cobrado já no passado, eu sei que a gente tem tempo de fazer com calma, não é nenhuma sandália desatada, mas era importante a gente resolver o link lá, para a gente abrir o link para ver os municípios que fazem Licenciamento Ambiental dentro da área de APM e APRM, que tem novas regras a serem seguidas. Com relação a transparência, perfeito, ótimo, está mais que transparente o que os municípios fazem, mas esse detalhezinho do link, eu pediria, por gentileza, que desse uma olhadinha, porque a gente pode muito contribuir com informações nesse link aí, tá bom?

Outra coisa importante, eu queria fazer aqui um agradecimento ao doutor Pedro Monnerat, que é da Procuradoria Geral do Estado, pelo parecer emitido, 37/2026, que fala sobre o Direito Ambiental do Poder de Polícia, que inclusive envolveu uma área aqui do município de Mairiporã. Eu queria agradecer muito esse parecer, que foi feito com muita técnica, muita conteúdo, muito importante para nós e a gente ficou muito contente. E a gente sempre fala isso, que bom que a gente tem a PGE, junto com a gente, trabalhando, o Ministério Público também em parceria, trabalhando conosco nessas demandas todas que nós estamos fazendo, junto com o GFI, que é um grande caminho que nós temos de fiscalização, principalmente nas áreas comerciais. Muito obrigado.

00:38:50 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, Cris Murgel, que também está online, pela FAESP. Por favor, Cris Murgel.

00:38:58 Cristina Murgel: Bom dia a todos. Bom dia, subsecretário. Na verdade, a minha fala é muito rápida, é um agradecimento ao conselheiro Manara, ao consórcio público da Agência Ambiental do Vale do Paraíba. A FAESP esteve ontem no chamamento que foi feito, e deixar aqui registrado o ponto positivo que foi a apresentação feita, principalmente do ponto de vista pessoal, para mim, que acompanhou muito a elaboração da norma na Comissão de Normatização, desde 2014 a 2018, enquanto eu representava a FIESP, e mais recentemente pela Secretaria de Agricultura, também tive a oportunidade de estar acompanhando a Norma de Licenciamento Municipal, e muitas poucas vezes a gente vê o concreto da norma, como ela está sendo aplicada e o que ela resultou, e o modelo lá da Agência Ambiental do Vale do Paraíba me impressionou bastante. Acho que valeria a pena, Jônatas, uma apresentação no próprio plenário. Foi muito transparente a apresentação que fez, tanto em termos de resultados de licenciamento, outras iniciativas que a Agência começa a desenvolver, e também as questões financeiras envolvidas. E isso é bom para que a gente, todos conheçam, e a gente comece a refletir novos aperfeiçoamentos e novos modelos dessa gestão ambiental descentralizada. Então, foi bastante positivo. Eu agradeço mais uma vez em nome da FAESP, até para nós aqui, como entidade, raciocinar junto com a localidade, raciocinar em termos regimentais e também um exercício novo que a gente começa a desenvolver e começa a ir para ter outras oportunidades que contribuem mais para essa gestão. Era esse registro que eu gostaria de fazer. Mais uma vez agradeço. É uma pena que outros conselheiros não estiveram. Sei que o pessoal do litoral não foi possível pelas condições climáticas, mas é uma pena, porque o que a gente poderia até fazer um debate um pouco maior lá durante a apresentação. Obrigada.

00:41:30 Naiana Lanza: Obrigada, conselheira. Na sequência, o conselheiro Paulo Nelson. Por favor, conselheiro, que também está online.

00:41:54 Paulo Nelson do Rêgo: Minha fala também vou procurar ser bem breve. O primeiro ponto que eu gostaria de estar trazendo é a respeito do acidente de balsa que houve com o cargueiro na entrada do Porto de Santos. Eu entendi que era uma demanda extremamente importante de podermos visitar essa concessão que foi feita, agora temos normas mais seguras, porque se fosse uma balsa que estivesse carregada com automóveis, teria sido uma catástrofe gigantesca que nós estaríamos aqui a lamentar. Então, até pelo princípio da prevenção, eu acho que esse CONSEMA deve se debruçar sobre o tema, a gente sabe que a navegabilidade não é um tema estadual, mas a concessão das balsas, sim. E a importância de a gente estar acompanhando esse processo é de inteira importância. O segundo ponto

que me traz aqui, eu vou mandar um link para a Secretaria, eu acabei de publicar um artigo na Universidade de Barcelona a respeito do uso da inteligência artificial no direito ambiental. Vou partilhar para que todos os conselheiros possam ter acesso online a esse trabalho que nós desenvolvemos. E por fim, eu gostaria de pedir um esclarecimento para a Cetesb de como é que anda o andamento da instalação da Comissão de Acompanhamento do Túnel Submerso do Santos Guarujá. A gente sabe que o processo tem todos os seus trâmites, mas como nós já manifestamos anteriormente o nosso interesse de participar desse colegiado que foi estabelecido, então, na medida que a gente possa ser informado do andamento da criação do Conselho. Obrigado.

00:44:06 Naiana Lanza: Obrigada conselheiro. Eu vou passar a palavra agora, na sequência, eu vi que a Fernanda Carbonelli chegou e levantou a mão aqui, Fernanda, se estiver nos ouvindo, para você complementar a fala do Paulo Nelson, você tem dois minutos para fazer o uso da palavra. Você está nos ouvindo? E dando na sequência, eu posso para a doutora Tatiana.

00:44:25 Fernanda Carbonelli: Bom dia a todos. Queria agradecer esse espaço. Vou falar rapidamente sobre duas temáticas. Agradecer o Manara por essa articulação com o consórcio. De fato, estaremos lá amanhã. Cris, a ideia é fazer uma reunião de trabalho. Nós estivemos, doutora Tatiana, em diversas cidades aqui do Litoral Norte visitando as prefeituras para entender como é que está sendo feito o Licenciamento Ambiental e, sobretudo, aquela questão da transparência que nós colocamos aqui, que muitas prefeituras não estão entregando o Anexo 5 e a disponibilização das Licenças tem sido por falha, são muitos caminhos, muitas vezes, para chegar ao documento em si. E essas visitas têm sido relevantes para que a gente entenda a operação do município. Então, acho que vai ser extremamente relevante. Agradeço ao Manara por essa abertura para que a gente possa cada vez mais ter uma situação de ordenamento dentro do Licenciamento Ambiental, que é uma estratégia muito importante dentro do nosso Estado. E a outra questão que eu queria levantar, Naiana, eu não sei se você fez isso nos informes, eu peço desculpa, a gente estava aqui numa operação de desmantelamento de supressão de vegetação dentro de área de preservação, mas eu não sei se houve um retorno a respeito daquela reunião jurídica que iríamos fazer com relação a essa questão da transparência e da falta de retorno dos municípios referente ao ofício do CONSEMA, que iria nos informar a respeito disso. E só para finalizar, nós também fizemos um ofício referente a rodovia, a uma nova concessionária operando na rodovia Rio-Santos. Apesar da cobrança do pedágio, não houve aqui nenhuma atividade relacionada a questão de fauna e também nenhum retorno com relação a isso. Só para finalizar, colocar mais uma vez que nós continuamos a sofrer um processo de invasão no Litoral Norte e ainda, infelizmente, com pouco efetivo da Polícia Ambiental para estar cuidando aqui da região. Muito obrigada.

00:46:48 Naiana Lanza: Obrigada, Fernanda. Fernanda, só para esclarecer rapidamente, eu tinha feito aqui um informe sobre a questão do Licenciamento. Nós atualizamos o site do CONSEMA com diversas informações de transparência, e ainda não temos informação sobre a realização da reunião porque ainda não tivemos retorno da CJ, ok? Só para te atualizar. Então passamos agora a palavra e os demais questionamentos que vocês fizeram foram já encaminhados, então eu vou dar uma verificada em qual é a situação que está. Temos então aqui inscritos, o Rodrigo pediu para fazer uso da palavra, então eu passo para o Rodrigo e, na sequência, para a doutora Tatiana. Por favor, Rodrigo.

00:47:23 Rodrigo Levkovicz: Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Naiana, bom dia, Jônatas. Bem rapidamente, primeiro dizer que está aberto o edital para contratação de brigadistas para essa temporada. É uma iniciativa bem importante na Operação São Paulo Sem Fogo para a gente agregar mais pessoas para combater e prevenir incêndios. Mas minha fala aqui hoje é uma fala de alerta para esse conselho, e eu quero fazer isso de uma forma muito séria e respeitosa, mas eu acho que é importante. Como é importante quando o Estado respeita o devido processo legal e garante transparência nas suas decisões. E a gente está preocupado com algo que a gente está olhando e que está acontecendo. E eu falo isso porque os governos passam, mas a política pública permanece e os preceitos éticos que subsidiam a política pública sempre devem ser observados. E o exercício de um cargo público não pode ser feito por preferências pessoais, por visões individuais, mas ele tem que ser munido do múnus público que garante o nosso dever de impessoalidade e responsabilidade institucional. E justamente por isso que, tanto a SEMIL como a Fundação Florestal, e eu acho que eu tenho bastante moral para falar isso, tem aberto diálogo, tem construído soluções pactuadas, tem respeitado Convenção 169, da OIT, tem garantido a participação de todos, tem aberto mediações com diálogo transparente com o poder público municipal, comunidades tradicionais, setores da sociedade civil e, enfim, com todos nós. Infelizmente a gente não tem observado isso de alguns agentes da SPU. Não é a primeira vez, durante o curso das negociações do Quilombo da Fazenda, nós tivemos um tal outorgado sem a oitiva do Estado, em dissonância do que dispõe o ordenamento jurídico, e agora isso se repete no meio das negociações que nós estamos fazendo com a comunidade lá no Rio Verde, o que nos traz muita, mas muita preocupação e desconforto. Vejam, não se trata de não apoiar as comunidades tradicionais, muito pelo contrário. Nós queremos construir uma governança séria, uma governança baseada na legalidade, uma governança baseada na legalidade e na confiança. Então, não é a primeira vez que isso acontece. Eu tive o cuidado de conversar com o superintendente da SPU, falar sobre um caso que está judicializado, que a gente estava fazendo acordo, que a gente está conversando com MPF, com Defensoria, com a comunidade, com o conselheiro aqui do CONSEMA, o Dauro, e a gente é surpreendido por uma publicação de Instagram de que a SPU ofertou um tal sem ouvir ninguém, o que nos traz basicamente muita preocupação. A mesma coisa está acontecendo no Litoral Norte, com territórios extensos que estão sendo discriminados. O poder público municipal não sabe, o poder público estadual não sabe, órgão gestor de Unidade de Conservação não sabe. Então a gente traz isso para que todos os conselheiros saibam que isso está acontecendo. Não é uma questão de mérito. Ninguém aqui está falando que as comunidades não têm direito, é uma questão de forma, uma questão de governança, é uma questão de devido processo legal e de respeito às instituições. E o pior, para mim, é o seguinte, que esse tipo de conduta provoca a ruptura onde deveria ter a união de esforços entre os entes federativos. Você afasta a confiança e você fragiliza tanto a proteção das Unidades de Conservação como as comunidades tradicionais, porque onde há instabilidade e não há respeito à lei, não há respeito ao dever de transparência, não há a construção dialogada de soluções só existe papel, e papel não resolve a realidade. Então, a gente traz isso com bastante preocupação, a gente vai buscar acesso aos processos administrativos, vai informar esse conselho e a gente continua se colocando à disposição para ter um diálogo construtivo, participativo e legalizado entre os entes federativos, entre as comunidades. Mas a gente não pode deixar de pontuar que esse tipo de postura secreta, não publicada, não dialogada, não ajuda a proteção da natureza e não ajuda a proteção das comunidades tradicionais. Obrigado, Naiana.

00:51:51 Naiana Lanza: Obrigada. Na sequência, a doutora Tatiana Barreto, representando o Ministério Público, que está online. Por favor, doutora Tatiana.

00:51:59 Tatiana Barreto Serra: Bom dia. Obrigada, Naiana. Bom dia, secretário, conselheiras e conselheiros. Vou ser breve. O primeiro ponto é em relação ao Licenciamento Ambiental Municipal, que a gente começou a enfrentar já na CTBio. Eu trago aqui uma preocupação do Ministério Público com a apresentação de pedido junto ao CONSEMA para legalização, para regularização de áreas consolidadas dentro do município, mas que estão prevendo áreas verdes, áreas vegetadas em app, áreas que não existem se quer uma construção. Então eu quero deixar aqui uma reflexão já, no sentido de que esse instrumento de reconhecimento e regularização de áreas consolidadas não é um permissivo legal para abertura ou supressão de vegetação em áreas que a gente tem conservadas, notadamente em áreas verdes de loteamentos aprovados ou, eventualmente e principalmente, em áreas de APP. Outro ponto que eu coloco, o Ministério Público vem acompanhando, por meio de seu projeto especial de Emergências Climáticas e Desastres, as chuvas em todo o território paulista, notadamente no litoral e algumas outras cidades daqui do Planalto, no sentido de também prestar a nossa contribuição. E nós estamos acompanhando o trabalho do Gabinete de Emergência, coordenado pelo Estado de São Paulo e com vários integrantes, gostaria de parabenizar aqui o trabalho que vem sendo feito. A gente vem acompanhando o acionamento do Gabinete de Emergência presencial nesse último final de semana, em razão das fortes chuvas. Então, aqui o meu apoio total ao trabalho que vem sendo realizado. E por fim, na palavra do conselho Rodrigo, eu ressalto que há a necessidade efetivamente da gente compatibilizar o nosso sistema federativo, de modo que que todos os órgãos, União, Estado e município, envolvidos na temática ambiental, sejam de alguma maneira ouvidos e participem de decisões importantes. O que o Rodrigo traz aqui é que, ao fim e ao cabo, a proteção de Unidades de Conservação é a própria proteção dessas comunidades tradicionais. Então, efetivamente, sem discutir nenhum mérito, porque é inafastável o direito das comunidades tradicionais, é como que isso vem sendo feito, porque a gente se preocupa com judicializações que possam vir a ocorrer e tornar um direito que podia ser claro e efetivo em algo que vai ser judicializado e discutido durante anos com prejuízo dessas comunidades. Então, ressalto a importância do nosso sistema federativo trabalhar, e o sistema traz claramente essa interlocução dentro da Política Nacional do Meio Ambiente. Muito obrigada e encerro aqui.

00:55:14 Naiana Lanza: Obrigada, doutora Tatiana. Na sequência, a conselheira Lara, representando a Diretoria de Educação Ambiental da SEMIL. Por favor, Lara.

00:55:22 Lara Carolina Chacon Costa: Bom dia a todos e todas. Só complementar aqui os dados que o subsecretário Jônatas trouxe sobre o Verão no Clima. Estamos indo hoje para a 12.ª etapa de 16, a equipe que vai hoje para Cubatão. Já já foram mais de duas toneladas de lixo recolhidas das praias em alguns municípios com engajamento maior no mutirão, outros menos, mas ainda assim, uma ação que é simbólica, do ponto de vista metodológico, daquela equipe durante uma hora, 50 minutos recolhendo materiais, a gente já tem mais de duas toneladas de lixo recolhidas, com foco principal no micro lixo. Então, essa sensação que às vezes a gente tem: 'é uma bituca, é um canudo', mas a soma de tudo isso é extremamente relevante e traz a atenção do cuidado que a gente precisa ter com as praias e esse processo de educação ambiental que a gente precisa ter, tanto da população, mas também dos turistas.

Já foram mais de 700 pessoas que passaram pelas oficinas de educação ambiental que a gente tem realizado. E aí, só a passagem, ainda hoje em Cubatão; no sábado, a gente está em Ilhabela; no dia 07/03, Iguape; 14/03, São Sebastião e 21/03 a gente encerra em Cananéia. Aproveitar aqui para agradecer também o apoio da CETESB, que está com a gente em todas as etapas, e especialmente da Fundação Florestal, a equipe da Fundação tem sido fundamental para o sucesso do evento. É um estande que atrai muito a atenção do público, estão sempre muito presentes, com falas muito relevantes, ajudam muita gente no mutirão. Então, agradecer aqui com a presença do Rodrigo e já dar um spoiler que a gente está junto com a Diretoria de Recursos Hídricos e Saneamento, programando para o mês de março, o mês da água, e a gente vai ter alguns eventos bem importantes, no dia 04/03, a gente vai ter um programa de lançamento de materiais didáticos voltados para o trabalho com os recursos hídricos. A gente divulga depois, quando tiver o link por e-mail, mas já trazer a atenção para essa data, do 04/03, entre outra programação que vai ter ao longo de todo mês de março. Obrigada.

00:57:31 Naiana Lanza: Obrigada, Lara. Na sequência, o conselheiro Nalon, representando o Instituto de Pesquisas Ambientais da SEMIL. Por favor, Nalon.

00:57:42 Marco Nalon: Bom dia ao conselho. Uma pauta mais leve, na verdade, um convite que eu já trago aqui para todo o conselho, vai ser oficializado para todos os conselheiros. No dia 19 de março, próximo, nós vamos ter mais uma edição de um evento que nós realizamos ano passado em função do Dia da Mulher, do mês da Mulher, que é o Mulheres na Ciência. Então nós vamos ter uma nova edição dele no dia 19, na Estação Motiva Cultural, perto da sala São Paulo, onde ocorreu ano passado. E a gente está ampliando isso. Nessa edição, nós vamos ter não só a presença de pesquisadoras do próprio IPA, como da Secretaria de Agricultura, Saúde, os institutos de pesquisa. Da Casa também, da própria CETESB, nós temos o prazer de ter uma colega, a Maria Inês, participando. Do Biota Síntese também, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, que vai trazer uma representação das universidades. Vai ser mesmo um evento mais para ressaltar a importância da mulher na ciência, traz essa experiência. A secretária estará presente e conto com a presença de todos lá, tá bom? Obrigado.

00:59:06 Naiana Lanza: Obrigada. Na sequência, o conselheiro Agnaldo. Por favor, Agnaldo.

00:59:13 Agnaldo Gonçalves de Almeida: Bom dia a todos. Obrigado, Naiana. Eu queria aproveitar e também fazer um convite aos conselheiros para que conheçam o Plano Estratégico da SEMIL, que é o que é o PLI 2050, Plano de Logística e Investimento. Nós temos um site da SEMIL, quem quiser acessar é pli.semil.sp.gov.br. Nós estamos na fase de diagnósticos, nós teremos fóruns regionais, nós temos três importantes próximos aqui da capital. O próximo acontece em Santos, dia 26/02, pode entrar no site do PLI e verificar lá o endereço do local. Nós teremos em São José dos Campos, também no dia 12/03, e o último será em São Paulo, aqui na capital. O Plano de Logística tem um cenário para um horizonte de investimento até 2050, e a ideia do Plano é integrar os modais de ferrovia, rodovia, hidrovia, todos os meios de transportes para um horizonte de investimento, tanto público como privado, até 2050. Então, quem puder acessar, e eu estou aqui à disposição para colaborar também, com qualquer dúvida. Obrigada, Naiana.

01:00:39 Naiana Lanza: Obrigada, Agnaldo. O Manara pediu para fazer uma palavra de 15 segundos. Então eu passo para ele 15 segundos.

01:00:46 Marcelo Manara: Eu pedi dez, na verdade. Só para anunciar aqui os 45 anos do SISNAMA. Além do que a doutora Tatiana e Rodrigo alertaram aqui, justamente a pauta dessa comemoração, os caminhos para fortalecimento da cooperação federativa... **[01:01:01 inaudível]** anos, então será no dia 10, agora, de março, em Brasília. A ANAMMA estará lá com o presidente Marçal, eu estarei, presidente Marcelo. Estaremos lá, a ANAMMA em peso nas comemorações de 45 anos do SISNAMA.

01:01:18 Naiana Lanza: Obrigada, Manara. Passo, então, a palavra agora ao subsecretário de Meio Ambiente, Jônatas Trindade, para seus comentários.

01:01:25 Jônatas Trindade: Vou acelerar um pouquinho a fala. Acho que os questionamentos, as pontuações do Sanseverino foram respondidos, o WhatsApp sendo criado e a questão do material de apresentação, hoje será disponibilizada. Em relação à questão das falas do Manara, só para reforçar que a gente, além desses dois que eu falei, Botucatu e Araçatuba, tem mais três CETRAS que a gente vai trabalhar com o DER ao longo do tempo, que são Itapeva, Presidente Prudente e Jales. Então, a gente vai ampliar... Calma que a gente está avançando nessa discussão para buscar esse caminho, para realmente ter uma rede estruturada e que atenda todo o estado de São Paulo. Isso foi muito conversado com o Ministério Público e alinhado com eles e combinado com eles. Em relação ao convite, eu vou ter que avaliar a agenda do Home Biogás, para ver se é possível e reforçar realmente a importância não só do consórcio no sentido do trabalho, mas do Licenciamento Municipal. Eu acho que o CONSEMA tem um papel fundamental de realmente apoiar no sentido de qualificar o funcionamento do Licenciamento Municipalizado, e acho que é um processo que a gente tem que, a CETESB já tem feito por meio das capacitações, e a gente tem que entender que é um caminho para poder fortalecer o próprio SISNAMA. A gente tem que entender que os municípios têm um papel importante pela presença local, a cobrança da sociedade civil para que a coisa aconteça da forma correta. A gente não quer que o Licenciamento seja um instrumento utilizado de forma errada, e eu acho que a gente tem que reforçar os instrumentos que a gente tem na nossa política Nacional de Meio Ambiente e estadual também. Em relação a questão das catástrofes que foram colocadas, a gente tem acompanhado. Acho que é um cenário que precisa, cada vez mais, o aprimoramento dos instrumentos que a gente tem aqui no Estado. Nós lançamos no ano passado o PEARC, e temos outros instrumentos que auxiliam, como foi bem citado por você, Leduc, e que vem num processo de aprimoramento. Eu achei que o Nalon fosse comentar um pouco mais. A gente tem um trabalho junto com a Defesa Civil de ampliação desse escopo, desse trabalho que tem, dos mapeamentos de risco e de inundação, mas também em relação à atuação de outros entes, como o próprio IPT. Então, tem um trabalho IPT e IPA, que visa, e é um trabalho que é bastante fortalecido com essa parceria com a Defesa Civil, e tem funcionado bastante. Então a gente tem observado que esses mapeamentos servem sim, porque se identifica na prática que aquilo que foi mapeado realmente acontece, a gente observa desmoronamentos nos locais identificados como áreas de risco. E aí tem um trabalho também que vem sendo feito pela Secretaria também, que é importante, e os municípios também entenderam que são importantes, que é o trabalho que vem sendo feito de macrodrenagem. Eu acho que a macrodrenagem também ajuda também a diminuir. Eu estou falando de uma forma geral, até para explicar. Quando a gente trabalha, por exemplo, num projeto de engenharia de uma

rodovia, a gente tem que entender que a drenagem é fundamental para garantir, não só a rodovia, o funcionamento da rodovia, mas também para garantir que aquele entorno das rodovias sofra o menor impacto possível. Aí, quando você tem um sistema de drenagem robusto, isso ajuda e muito a diminuir a influência da água sobre determinado local. Então, se tem um local íngreme, você tem que ter um sistema de drenagem robusto para que a água procure o caminho mais adequado e você consiga mitigar os impactos, por exemplo, da construção de uma rodovia. Até para poder falar um pouquinho em relação à questão dos impactos cinéticos, que o Manara colocou, que entra não só fauna, entre outros aspectos físicos, químicos também, porque é isso, a gente tem que pensar o projeto, a engenharia tem que pensar projetos que realmente considerem o componente ambiental. E aí o papel da CETESB é muito forte, eu confio muito no trabalho da CETESB porque tem qualificado muito e eu acho que essa discussão do projeto aí, de trazer essa discussão do projeto da nova descida para o plenário, eu acho que é bastante relevante, até para poder entender um pouquinho desses aspectos de engenharia, que tem muito a ver com a questão dos aspectos ambientais, é trabalhar a engenharia considerando o componente ambiental, socioambiental muito forte, porque isso faz a diferença sim, na prática, no resultado que a gente espera, com obras que sejam boas do ponto de vista socioambiental. E reforçando, esses estudos têm sido feitos de forma contínua. A gente tem um convênio com a Defesa Civil, em que ela tem toda uma estruturação e um trabalho de governança, que o IPA participa ativamente, não só na elaboração desses estudos, mas também no trabalho pós desastre ou situação de desastre em que a equipe vai a campo. Nós estamos com a equipe em campo nesse momento para poder identificar possíveis fragilidades e possíveis situações em que a gente precisa ter uma atuação mais firme. Aí é um trabalho coordenado com a Defesa Civil e, como bem colocado pela doutora Tatiana, com acompanhamento do gabinete de emergência. Então, é um trabalho que realmente demanda muita inteligência e muito profissionalismo, e que a gente consegue entender que o Estado de São Paulo, e não é um trabalho de hoje, é um trabalho de longo prazo, tem desenvolvido uma forma muito boa. Victorino, pode deixar que nós vamos agradecer a secretária, o trabalho que vem sendo feito, essa agenda. A secretária tem trabalhado diretamente. A gente tem entendido que as diversas agendas e a vantagem está na SEMIL, no modelo que a SEMIL hoje se apresenta, essa proximidade de todas as agendas, a gente consegue conversar com todos, contribuir no plano, no PLL 2050, contribuir nas ações de saneamento, seja por meio de educação ambiental, seja nessa contribuição ambiental. Então, essa proximidade facilitou, tem facilitado em muito essas discussões internas e eu acho que graças a essa organização e a forma como a secretária tem nos cobrado dessa integração tem sido muito importante. Reforçar a fala, já tinham falado da Cris, da importância. Eu entendo que o consórcio é um caminho, o consórcio público para o Licenciamento Municipal, porque você consegue reforçar mesmo, literalmente reforçar as competências que são necessárias para conduzir processos de licenciamento com o olhar territorial. Então, isso é importante. Eu acho que um consórcio tem tudo a ver. Aí resgatando, aí já é o histórico pessoal, eu participei em determinado momento, quando estava no Ibama, alguns anos atrás, já tem uma década, praticamente uma década, a pedido do Ministério Público da Bahia. Naquela época, o Ministério Público da Bahia estava fomentando o Licenciamento Municipal, mas com responsabilidade. Então o Ministério Público falou o seguinte: vocês vão fazer o Licenciamento mas precisam ser capacitados e têm que se estruturar. Então, naquela época, o Ibama foi convidado a ministrar alguns cursos práticos junto aos municípios. Eu fui falar sobre autorização de supressão vegetal, sobre autorização de captura de fauna, falar um pouquinho dos aspectos que a gente entendia que deveriam ser considerados no Licenciamento. Foi uma equipe grande do Ibama para poder fomentar

essa capacitação na Bahia. Então, lembrando esse histórico, porque a gente entende que é isso. A fala da promotora lá da Bahia era a seguinte: “A gente precisa reforçar o SISNAMA, eu vou cobrar dos municípios, mas preciso também que haja essa contrapartida, entendendo que o SISNAMA tem que ser integrado realmente, e a gente tem que ter a participação do Ibama”, e nos cobrou para que a gente fizesse a capacitação e nós fizemos. Uma história que já tem mais de uma década e que reforça o papel também do Ministério Público na fiscalização e acompanhamento desses Licenciamentos Municipais. E a importância também da fala do Paulo do Rêgo, essa situação adversa que foi acompanhada das balsas, que realmente leva a preocupação, que vai ser investigado. E vamos ver também o papel da Marinha do Brasil, que eu acho que é importante nesse cenário, até para identificar o que causou realmente aquele acidente que não deveria acontecer. Mas nos últimos anos a gente tem acompanhado algumas situações nesse sentido. A questão da transparência, como foi colocado pela Naiana, que foi fala da Fernanda Carbonelli, eu acho que é importante cada vez mais reforçar esse papel e a importância da transparência, do Licenciamento Municipalizado, e essa fiscalização ativa da sociedade civil para entender e acompanhar como é ter sido conduzido esses processos de Licenciamento Municipais. A importância também do retorno jurídico, que vai acontecer. A gente está esperando só um retorno em relação às demandas que foram postas. E reforçar o papel da Polícia Ambiental, que a gente tem visto, que tem sido feito de uma forma muito firme e elogiosa. Todo mundo tem elogiado o trabalho da Polícia Ambiental na fiscalização junto com a DPFA, de forma integrada, de forma inteligente. A gente tem que trabalhar cada vez mais com inteligência para atuar da forma correta, seja por meio dos GFIs, seja nas atuações que a Polícia Ambiental faz no dia a dia em campo, e eu acho que a gente tem um retorno, um resultado positivo. Não tenho visto diferente, muito pelo contrário. Todo mundo que se aproxima é para elogiar o trabalho que tem sido feito, porque realmente tem sido um trabalho sério, um trabalho combativo e que a gente quer que as atividades aconteçam de forma regular. Ou seja, nada é ilegal, a gente quer tudo regular. Reforçar também o que o Rodrigo falou da questão do Edital de contratação de brigadistas. Nós estamos nesse processo para que estejamos mais preparados para combater situações adversas que vão se aproximando com o período de estiagem, então, esperamos estar mais prontos, cada vez mais preparados para o combate aos incêndios e reforçar também o que foi colocado pelo Rodrigo desse trabalho que tem sido feito com papel, com a participação de todos, do Ministério Público Estadual, Federal, todas as instâncias, exatamente para que a gente consiga conciliar a preservação ambiental com a presença territorial das comunidades, que tem sido feito de uma forma muito própria. A gente tem tido ganhos significativos por essa união de esforços, por esse trabalho conjunto. Então fomos surpreendidos realmente com esse tal solto, ou liberado, aí a gente vai avaliar e ver o que a gente vai fazer. E eu acho que é isso. A gente tem que ter um trabalho muito sério de condução desse processo para que a coisa aconteça da forma adequada, beneficiando as comunidades, como a gente tem visto naquilo que a gente já pactuou. Concordo e reforço a fala da doutora Tatiana, que a gente entende que também a regularização de áreas não significa um cheque em branco, em especial na questão das áreas consolidadas. Não é esse o espírito da lei. E a gente tem feito um trabalho, até para entender, doutora Tatiana, como é que a atuação mais forte da fiscalização nessas situações que a gente quer é evitar possíveis expansões irregulares em áreas que estão consolidadas, mas que tem um entorno que precisa ser preservado e, mais uma vez, reforçar o trabalho de monitoramento feito pela DPFA e da Polícia Ambiental, e de ação também em campo, com apoio de vários atores, como o próprio CREA, que tem participado, a Polícia Ambiental, o Ministério Público. Nós temos vários atores que têm participado desses processos de acompanhamento e de

fiscalização. E para finalizar, reforçar o Verão no Clima, realmente tem sido um sucesso. Cada município com a dinâmica, mas todos têm passado a mensagem, uma mensagem ambiental, de educação ambiental, da importância da gente realmente ter o cuidado em relação às questões ambientais e a participação da Fundação, da CETESB, da própria polícia e de outros atores, em especial aqui, reforçar o papel das ONGs, que têm feito um papel fundamental e super relevante no litoral, as diversas ONGs com um papel não só em relação a fauna, não só essa, de uma forma bastante combativa do ponto de vista positivo, defendendo realmente a preservação, defendendo o uso racional do Litoral, e a gente aproveitar essas belezas de São Paulo, que são muitas. Por favor, conselheiro.

01:15:13 Carlos Sanseverino: Secretário, eu peço licença aqui para solicitar uma parte a propósito do tema litoral, sabendo desse trabalho preventivo e corretivo da Polícia Militar Ambiental, e até aproveitando que o Ministério Público nos acompanha, para informar que nesse período de janeiro, fevereiro e março, como nós sabemos, ocorrem muitos eventos em todo o litoral. Baixada Santista, em rumo ao Litoral Sul, também em direção ao Litoral Norte. E muitas vezes, nesses eventos, chamadas baladas, o pessoal tem avançado com os carros na beira das estradas e, inclusive, em cima do mangue. Isso ocorreu neste final de semana na Serra do Guaraú, durante o carnaval. E há então, eu até iria comunicar ao Coronel Hoffmann, que é um super nome da Baixada Santista, muito competente, mas aproveito aqui o Coronel para poder informar ao Coronel Navarro para que possa também verificar este tema. E aproveito para dizer, aproveitando aqui para registrar também o fato de venda de bebida alcoólica em toda a serra do Guaraú, em todo o litoral. Então também seria importante uma comunicação da Polícia Militar com a Polícia Militar Ambiental, com a Polícia Militar do Estado para intensificar a fiscalização, porque aí as pessoas acabam consumindo álcool, parando em cima do mangue, provocando acidentes. Então acho que é importante esse alerta e por isso eu solicitei o aparte. Muito obrigado.

01:16:39 Jônatas Trindade: Obrigado conselheiro. Por favor, Naiana.

01:16:43 Naiana Lanza: Seguimos aqui então para a nossa Ordem do Dia. Por favor, Mayla.

01:16:48 Mayla Fukushima: É que tem duas questões que foram levantadas, uma pelo Paulo Nelson e uma pela Fernanda Carbonelli, que eu acho que é bom a gente esclarecer. Tem uma questão do Paulo Nelson que comentou, perguntou como que anda o andamento da comissão do túnel. Só esclarecer que isso, como a gente explicou já na plenária que apreciou o tema, isso é uma exigência do Licenciamento, para as próximas fases do Licenciamento, e que não há pedido de Licença de Instalação no momento. Então, por enquanto, ainda não houve a criação desse comitê, até porque isso é uma exigência do próprio Licenciamento. Em relação à pergunta da Fernanda, quanto à proteção da fauna por conta da concessão da Rio-Santos, só esclarecer que a Cetesb tem trabalhado já há uns dois anos na regularização das rodovias concedidas e uma das exigências nessa regularização dessa malha existente é a apresentação do Plano de Mitigação de Atropelamento de Fauna. A concessionária responsável foi instada a apresentar esse plano e ela vai apresentar então, conforme os prazos estabelecidos e normativa, ela vai apresentar esse plano no segundo semestre. Então, a partir desse plano, que existe até um diagnóstico que tem que ser feito pela concessionária, a partir desse plano, a própria concessionária vai apresentar as propostas de medidas para proteção da fauna. Obrigada.

01:18:23 Naiana Lanza: Obrigada, Mayla. Então passemos agora à Ordem do Dia, temos três pontos de pauta. Então eu peço antecipadamente para os palestrantes que também cumpram os tempos de fala. Eu fico muito feliz em trazer essa agenda aqui para o CONSEMA, que é a apresentação do monitoramento ambiental por imagens de satélites, da Diretoria de Proteção e Fiscalização Ambiental da SEMIL. Sérgio Murilo, seja bem-vindo ao plenário do CONSEMA. É uma satisfação recebê-lo aqui, a gente trabalhou muitos anos junto na fiscalização, inclusive com o monitoramento ambiental. Então estou bem animada com a apresentação de hoje. Por favor, Murilo.

01:19:05 Sérgio Sant'Anna: Obrigado. Bom dia a todas e todos. Cumprimentar o subsecretário Jônatas, conselheiras e os conselheiros. Cumprimento especial a Naiana então, como ela já antecipou, trabalhamos por um bom tempo juntos na fiscalização ambiental, então a Naiana conhece o tema que vai ser tratado aqui hoje. E eu fico feliz em participar dessa reunião aqui, conduzido pela Naiana, que foi uma pessoa que foi minha chefe lá. Então é bom ver agora aqui também, ela que fez uns trabalhos com bastante êxito na CFP, à época, com certeza está fazendo um trabalho significativo aqui também, então fico feliz em estar aqui, agradeço o convite então. Então, só me apresentando, meu nome é Sérgio Sant'Anna, sou especialista ambiental do quadro de servidores aqui da SEMIL, e estou na fiscalização já desde 2012, então tenho um pouquinho de tempo nessa temática. Então, a ideia aqui hoje é a gente apresentar o monitoramento ambiental por imagem de satélite. Mas aí, antes de entrar no tema especificamente, eu queria só trazer uma rápida explanação aqui acerca da nossa Diretoria de Proteção e Fiscalização Ambiental, que é uma das diretorias vinculadas à Subsecretaria de Meio Ambiente, e a principal linha de atuação dela é no planejamento, tanto da proteção quanto do monitoramento e da fiscalização dos recursos naturais e também toda a condução da gestão dos processos administrativos decorrente dessas ações de fiscalização. Então, é um trabalho muito conjunto com a Polícia Militar Ambiental. Todas as etapas do processo, seja na parte de planejamento, execução e mesmo pós a fiscalização. Então, o trabalho sempre conjunto já também de muito tempo, de sinergia e de parceria. Então, a DPFA atua basicamente em duas frentes de atuação, com as ações estratégicas de proteção, fiscalização e monitoramento. Aí eu cito aqui alguns exemplos de projetos, programas e ações relacionadas a essa linha de atuação, uma delas é o São Paulo Sem Fogo, e aí as atividades são as atividades inerentes ao Sistema Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Estão sempre é pauta recorrente aqui também desse conselho esse programa. A nossa diretoria faz o papel de Secretária Executiva na Operação São Paulo Sem Fogo. Uma outra linha de atuação também, um programa já bastante consolidado, são os Grupos de Fiscalização Integrada, que envolvem tanto membros da SEMIL quanto as prefeituras. Sempre focado nas estratégias conjuntas de atuação para o combate aos crimes ambientais em áreas de mananciais, mas também em outras áreas relevantes determinadas pelo Sistema Ambiental Paulista, como por exemplo, o GFI Tietê, que tem sido uma ação com bastante envolvimento da nossa diretoria. E temos o Mais também, que é focado principalmente na detecção do desmatamento irregular, que é o que a gente vai tratar um pouco mais para frente. E uma outra frente de atuação, então, é toda a parte de gestão da fiscalização ambiental e da gestão dos processos administrativos, que são os autos de infração. Então, desde a concepção de normativas, definição de procedimentos relacionados à fiscalização ambiental, além da própria aplicação das sanções, todo processamento dos autos de infração. E aí sempre, claro, buscando tudo, acho que o objetivo principal é controle e a reparação do dano. Então, basicamente essa explanação aqui sobre a nossa Diretoria de Proteção e Fiscalização Ambiental, lembrando que nós temos dentro da

diretoria duas coordenadorias, uma de estratégias e proteção ambiental, que o Cauê, o coordenador, está aqui, que é onde o Departamento de Monitoramento, onde eu trabalho está subordinado, e a Coordenadoria de Fiscalização e Gestão Processual, que trabalha mais com essa questão, principalmente toda normatização e gestão dos processos. E temos 19 regionais que estão distribuídas ao longo de todo o Estado, que nos apoiam na execução das atividades. Bom, passando então especificamente aqui para o tema da nossa apresentação. Então, o Mais aí é o acrônimo de Monitoramento Ambiental por Imagem de Satélite, cujo objetivo principal é a identificação de supressões em vegetação natural, se apoiando em recursos de sensoriamento remoto, imagens de satélite, ferramentas de geoprocessamento com o objetivo, então, de subsidiar e orientar as ações de fiscalização ambiental. Então, por mais que o nome seja amplo, monitoramento ambiental por imagem de satélite, o escopo é bastante específico. Nosso objetivo é detecção de desmatamento irregular para fins de fiscalização ambiental. As imagens de satélite têm uma finalidade de múltiplos usos. Aqui na Casa acho que todas as áreas usam para diversas finalidades. Então, no âmbito do Mais, é nesse escopo que a gente trabalha. O Mais, então, ele está implantado desde 2013, operando desde 2013, mas ele foi, de fato, institucionalizado em 2018 por meio da Resolução SMA 92. E aí então, ele abrange todo o estado de São Paulo. Ele tem uma característica de ser contínuo, então ele é um programa contínuo, opera em todo o tempo, não é sazonal. E também aí a própria Resolução 92, ela trouxe essas características e colocou também algumas áreas prioritárias para esse monitoramento. São elas as Unidades de Conservação, o território das unidades, mas também as Zonas de Amortecimento, aquelas áreas contínuas de floresta nativa, as áreas de proteção e recuperação de mananciais e outras áreas também definidas pelo Sistema Ambiental Paulista como relevantes para esse acompanhamento contínuo, com base no sensoriamento remoto e na identificação da supressão de vegetação natural. Então, como é a operacionalização do Mais? Aqui eu trouxe duas figuras que exemplificam um pouco do nosso processo, resume um pouco o nosso processo, mas basicamente é a comparação de imagens de satélite de diferentes datas para se buscar nessas imagens alguma alteração na vegetação nativa. Então, aqui esse exemplo da esquerda tem uma informação baseada no comparativo de imagens do satélite World View de 2015, com uma imagem de satélite do Sentinel-2 de 2018. Embora a resolução espacial seja distinta, as imagens superiores têm uma resolução espacial melhor, então permite a gente identificar a vegetação com mais clareza. As imagens inferiores têm uma outra resolução, mas ainda assim é possível, com olhos treinados, aqui no caso da Sentinel, das imagens Sentinel, ou mesmo visualmente ali, no caso da imagem Planet, a gente consegue distinguir essas imagens, identificar esses desmatamentos. Então nos baseamos no conjunto de imagens de satélite. Majoritariamente essas imagens fornecidas de forma distribuídas pelos seus produtores de forma gratuita, então, sem ônus para o Estado. Então imagens aí, por exemplo, do satélite Landsat, que é disponibilizado pela NASA, o próprio Sentinel, pela Agência Espacial Europeia, então todos esse conjunto de imagens que são ofertadas publicamente nós consumimos, inclusive do Google Earth, que a gente tem acesso também público, e nós também incorporamos no nosso processo de acompanhamento, mas também nos valem de algumas imagens próprias adquiridas ao longo do percurso pela Secretaria, em alguns projetos específicos, imagens já com uma alta ou altíssima resolução. E também buscamos parcerias com os órgãos públicos federais, estaduais, que têm uma rotina de disponibilizar plataformas próprias, contratação de imagens de satélite, e aí a gente, então, firma parceria com essas instituições para ter acesso a esse tipo de informação. Então, basicamente, o insumo de imagem de satélite se dá nessa perspectiva. Também usamos diversas bases de dados geográficos para fazer o cruzamento com essas informações. Então,

não basta a gente identificar só uma eventual degradação, alteração, mas a gente tem que qualificar isso a partir do cruzamento de dados. Então usamos também algumas bases aí. O Inventário Florestal, coordenado pelo IPA, é um insumo importante para nós, porque ele dá um diagnóstico do que de fato é a vegetação nativa, então a gente se baseia nele para essas análises. Nossos próprios bancos de dados aqui, como o SIGAM, da SEMIL, informações, camadas geoespaciais disponíveis no Datageo, Licenciamentos da CETESB também, do Sinaflor, que é gerenciado pelo Ibama, e a gente conduz então esse trabalho usando ferramentas de geoprocessamento já consagradas aí, como o ARCGIS e o QGIS. Então, só frisando aqui, o Mais, então, é focado em fiscalização ambiental e ele não é um sistema. Às vezes o pessoal fala: eu quero ter acesso ao sistema Mais para visualizar uma imagem de satélite, então ele não tem esse caráter de funcionamento como um sistema, mas sim como uma metodologia de identificação dessas supressões. Só para fazer um breve histórico aqui, enfim, aqui a gente tem uma linha do tempo que conta um pouco da história do Mais, mas eu queria me ater aqui a dois pontos que são mais importantes. Eu já disse que ele iniciou em 2013, ele vem inspirado no modelo do Ibama e do INPE, e DT e do Prodz, que são ferramentas similares de detecção de desmatamento. E em 2013 a gente começou então com, até 2015, mais ou menos, a gente tinha um limite de detecção de área de 2 mil metros quadrados, isso equivale a um terço de campo de futebol. Era o que a gente conseguia detectar, o que as imagens até então permitiam a gente detectar. Em 2016, então, a partir da entrada em operação do satélite Sentinel 2, a gente conseguiu então acesso a essas informações que são públicas e incorporamos ao nosso processo de monitoramento e passamos então a detectar desmatamentos menores, com área de 400 metros quadrados, equivale a uma quadra de basquete. Então, em 2016 a gente teve um avanço significativo na metodologia. 2018 veio a institucionalização, mas o Mais já estava robusto e maduro, já vinha funcionando há algum tempo. E aí, de 2022 em diante, a gente teve também avanços bastante significativos, em 2022 nós assinamos um Termo de Fomento com a organização da sociedade civil, o IDS, que é o Instituto Democracia e Sustentabilidade, isso decorrente de uma emenda parlamentar. Foi com esse propósito de criação de uma metodologia de monitoramento automatizada para ser incorporada na rotina do Governo do Estado de São Paulo. Então, aí já conectando com o que a gente vinha fazendo aqui no âmbito do Mais, foi assinado esse Termo de Fomento com IDS, o que permitiu uma mudança significativa na metodologia. Então, até 2022, até meados de 2023, inclusive, a metodologia era basicamente assim, a gente acessava portais que fornecem as imagens de satélite, baixava essas imagens individualmente, uma a uma ali nos nossos computadores, e aí sim, fazíamos a inspeção visual dessas imagens para tentar identificar esses desmatamentos. Então era um processo bastante manual até meados de 2023, que foi quando a gente então, aí já por conta dessa parceria com o IDS, veio desenvolvendo uma metodologia de automatização desse processo, e o IDS trouxe essa metodologia de processamento das imagens em nuvem, aproveitando o avanço tecnológico também de toda a tecnologia relacionada à geoespacialização, sensoriamento remoto e também a criação de um algoritmo específico para identificar essas supressões. E, como eu disse, a gente fazia isso no visual mesmo. Era comparando uma imagem com outra e opa, aqui tem um indicativo de desmatamento, então nós identificávamos aquilo, passamos então, em 2023, a ter essa dinâmica por meio de um algoritmo específico de detecção. Então foi um avanço bastante significativo, que permitiu a gente ampliar significativamente a área monitorada no Estado, que eu vou falar um pouquinho mais à frente. E aí, em 2023, também formalizamos uma parceria com o Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal, um programa denominado Brasil Mais, que já está bastante avançado também esse programa. E ele permite, então, que os órgãos públicos façam

adesão a um Termo de Compromisso para utilizar as informações que são contratadas pelo Ministério da Justiça, pela Polícia Federal e que disponibilizam então imagens satélite diárias, e isso é bastante importante para as rotinas de monitoramento, imagens com uma resolução de cerca de três metros, que também é bastante superior ao que a gente usa de base aqui para esse processo automatizado. Então, isso facilitou bastante os nossos trabalhos e deu uma amplitude, melhorou a qualidade dos nossos insumos. Ainda em 2023 passamos a incorporar, também nessas análises de detecção de supressão, aqueles alertas que são emitidos pelo Map Biomas. Então o Map Biomas é uma rede de instituição que trabalha com um monitoramento geoespacial, e uma das ferramentas que eles disponibilizam são os alertas Map Biomas que também têm a mesma finalidade que nós, identificar áreas desmatadas. Então eles emitem alertas frequentemente, isso é disponibilizado em plataforma pública, nós passamos também a consumir esses alertas. Então a gente checa um alerta, cada alerta, e analisa, valida aquele alerta, incorpora ali na nossa rotina. Se a gente entender que aquele alerta é passível de fiscalização em campo, a gente coloca na nossa rotina ou eventualmente descarta, né? Vou falar um pouquinho mais a frente também. E aí, em 2023, ainda como parte desse processo de integração e a inteligência de dados, fizemos a adesão também ao Sistema de Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélite, é o SMAS, que é vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, por meio do IGC. Então, ele tem as mesmas imagens que são fornecidas pelo Brasil Mais da Polícia Federal, o SMAS também tem essa funcionalidade, com um adicional de emissão de alertas também. Então esse sistema também gera alertas, alertas de corte raso, alertas de abertura de vias, por exemplo, na limpeza de terreno, onde tem ali indicativos de desmatamento que servem para a gente identificar eventuais alterações passíveis de fiscalização. Então, é mais ou menos esse o escopo aqui da linha do tempo com esses avanços em determinado período. Bom, então o funcionamento básico aqui do Mais está dividido em etapas, então são basicamente cinco etapas. A gente tem o monitoramento automatizado, frequente, mensal, onde a gente roda aquele algoritmo de detecção com processamento em nuvem das imagens. Então isso gera para gente diversos, a gente chama de polígonos, que é a delimitação, aqueles desmatamentos, e a gente checa então, um a um, embora o algoritmo gere esses polígonos, a inspeção ainda depende da análise visual de um técnico. E nós temos cinco técnicos e mais a equipe de estagiários lá no departamento, que estão rotineiramente avaliando esse monitoramento automatizado e checando essas informações para confirmar essas alterações. E também incorporamos, como eu disse, todos os alertas que são consolidados pelo Map Biomas, então, o Map Biomas consolida diversos alertas, inclusive os da SOS Mata Atlântica e incorporamos também nessa rotina, junto também com aquelas emissões que são feitas pelo sistema SMAs. Então, mensalmente a gente avalia bastante a área passível de análise e de identificação de eventuais supressões. Aí a gente, com base nessas informações, a gente faz os cruzamentos geoespaciais. A nossa principal base aqui, para ver se aquilo é uma supressão irregular ou não, são os Licenciamentos da CETESB e aqueles que estão no Sinaflor também, que eventualmente você tem ali um Licenciamento que foi no âmbito municipal, também a gente incorpora isso, e a gente também checa para ver se aquela área já teve uma ação pretérita de fiscalização ou não. Então, basicamente, se não tiver nenhuma dessas situações, não for uma área licenciada ou se não tiver uma ação pretérita de fiscalização, a gente entende que é uma área passível de encaminhamento para a Polícia Ambiental para que seja feita a análise em campo. Então fazemos isso dentro do nosso banco de dados, esse envio para a polícia é feito já dentro do nosso banco de dados, que é o SIGAM. O SIGAM está conectado com o sistema da polícia, então essa informação já vai na forma como a gente chama aqui de denúncia. Então é feito o envio desse material, a

polícia tem acesso e se organiza lá para fazer as ações em campo e todo o processo dos autos de infração conforme for o caso. E a gente faz, posteriormente, o acompanhamento da situação dessas denúncias para ver quantas delas já foram atendidas, qual foi a situação, isso para gerar banco de dados também e controle sobre essas detecções que foram feitas. Trazendo um pouco aqui dos resultados, a gente tem aqui um histórico de 2015 até 2025 do monitoramento que é feito mensalmente pelo Mais, então esse gráfico aqui demonstra um pouco, uma média que a gente tem de monitoramentos anuais e a área monitorada. Então uma média, de 2025 até 2022, a gente fazia dois monitoramentos ao ano, então conseguíamos, por conta dessa, eu comentei que era um processo mais manual, mais moroso, que a gente tinha que baixar as imagens e a gente não conseguia ter tanta escala, é a partir de 2023, com a automatização desse processo e com a criação do algoritmo lá em parceria com o IDS, conseguimos e aumentando a quantidade de vezes em que a gente faz o monitoramento dessas áreas de supressão. Então, chegamos a 2025 com um patamar de verificar e de fazer as análises 18 vezes ao ano. Então checamos o mesmo ponto do Estado 18 vezes, e em área acumulada isso passa de 4 milhões de metros quadrados, então é bastante significativo, ou seja, várias vezes ao ano a gente está verificando potenciais novos desmatamentos para identificação de irregularidades. E aí esse monitoramento, ele gerou aqui, já fazendo um recorte mais específico a partir de 2023, a partir desse monitoramento, nós conseguimos então identificar mais de 2700 áreas onde nós entendemos que aquelas alterações eram indícios de irregularidade, e somou mais de 5300 hectares com alterações na vegetação, e essas 2700, então, nós fizemos o encaminhamento disso para a Polícia Ambiental. Aqui, esse gráfico do meio representa um pouco o número de alterações e a área alterada em hectares por ano, então a gente teve aqui em 2023, por exemplo, 407 áreas identificadas, com um total de 622 hectares. 2024, foram 1327 áreas detectadas, com mais de 2 mil hectares. 2025, mais de mil detecções, somando 2500 hectares. E aí, falando um pouco da fonte primária, ou seja, qual é a origem dessas detecções? Então, a maior parte delas vem desse processo automatizado que a gente tem já no âmbito do Mais, 75% dessas alterações vem do processo da nossa rotina própria e do nosso algoritmo, 16% são originadas do sistema de monitoramento do IGC e outros 9% de alertas emitidos pelo Map Biomas. Então, acho que é importante frisar o quanto é válido, nós termos uma metodologia própria, mas também nos apoiar em informes que são trazidos, alterações que são trazidas também por outros sistemas de alertas, incorporando isso na rotina para fim de evitar omissões, então é tão importante essas parcerias também com outras instituições para otimizar os processos. Apresentando aqui algumas características gerais dessas alterações que foram detectadas ao longo de 23 até 2025, esse mapa traz os pontos onde foram detectadas essas alterações, então é possível a gente ver uma concentração significativa dessas alterações aqui na macro metrópole Paulista, na região metropolitana de São Paulo, mas também um espalhamento ao longo de todo o Estado. Alguma concentração no Vale do Ribeira, região administrativa de Itapeva, enfim, a gente vê alguns núcleos concentrados, mas acho que o principal destaque é a região metropolitana entrando um pouco de Campinas, Atibaia, ali, então, esse é o cenário dessas identificações nesse período de 23 a 25. Majoritariamente as alterações no bioma Mata Atlântica, 87% é o bioma que tem maior representatividade remanescente também no Estado. E falando um pouco também do tamanho dessas áreas, no nosso levantamento classificamos essas áreas em faixas. Então, a maior classificação, 84% dessas detecções estão em áreas de 0,01, até 1 hectare. Então não dá pra chamar de desmatamento pequeno, porque nenhum desmatamento é pequeno, mas quando a gente tem essa faixa de comparação, a gente vê que a maioria está até 1 hectare. E aí, trazendo um panorama aqui, então, das ações de fiscalização que foram feitas em cima dessas áreas que foram

identificadas. Então, como eu disse, essas 2700 áreas foram encaminhadas para a Polícia Ambiental, e aí a gente tem um panorama aqui, então, daquilo que já foi fiscalizado e o resultado dessa fiscalização. Então, dessas 2700 alterações, 89% delas já foram fiscalizadas pela Polícia Ambiental. Uma parte menor ainda está em processo de fiscalização, porque o volume é significativo. E aí temos também algumas que são recentes, de novembro, dezembro, que ainda estão em processo de fiscalização, mas a grande maioria já teve alguma ação de fiscalização em campo. E dessas, 89% que foram fiscalizadas, 47% tiveram uma autuação, alguma sanção administrativa relacionada, o que equivale a 1151 áreas. Então a gente vê que o esforço é significativo, tanto da fiscalização e tanto também da geração das sanções cabíveis. Então, aqui eu trago alguns exemplos de alterações que foram identificadas e já passaram pelo processo de fiscalização. Esse exemplo aqui a gente tem como fonte primária o próprio Mais. É uma área do município de Taquaral, onde a gente vê aqui essa imagem superior de 2023, onde você tinha ali a vegetação, dá pra ver bem a vegetação nativa, dá para ver com bastante facilidade. E aí, abril de 2024, a gente vê, aí é nítido também ver que teve uma alteração. Então, como não tinha licenciamento válido geoespacializado, não tinha ação de fiscalização, encaminhamos para a polícia, a polícia foi a campo e fez a lavratura de três autos de infração aqui, nesse caso, uma área de seis hectares, que gerou as sanções de multa simples, no valor de 53 mil e embargo da área. E aí a gente vê aqui as fotos representativas. Inclusive, parte dessa área foi para conversão de uso de solo mesmo para plantio de cana de açúcar no caso. Um outro exemplo de uma área que nós obtivemos como fonte primária o Map Biomas. O Map Biomas fez essa análise. Nós checamos esse alerta, entendemos que ele era válido e passível de fiscalização também. Nesse caso, aqui no município de Itápolis, uma área de 1 hectare ali, um pouquinho mais de 1 hectare, também gerou um auto de infração, multa simples e embargo também. Na imagem de satélite também fica bem visível essa alteração. E aí, por fim, mais um exemplo, agora com a fonte primária do Sistema de Monitoramento do IGC, do SMAs, também validado por nós, aquele alerta. Uma área menor, de 0,30 hectare, mas onde é possível também a gente ver no comparativo de imagens, mesmo com uma área pequena, digamos assim, comparando com aquela de 6 hectares, onde fica bem mais nítido, mas também é possível identificar ali que houve uma alteração na vegetação e, nesse caso, aqui também gerou uma autuação, embargo e aqui era uma preparação do terreno para uma construção de uma casa. Então, aqui, de maneira geral, esses três exemplos, cada um com uma fonte primária, também o que dá essa importância da gente ter essas múltiplas fontes no nosso processo. Já caminhando para o final, então, aqui destacar o Painel Verde, que é um instrumento bastante consolidado aqui no âmbito da SEMIL. Ele traz diversas informações e dados que são produzidos aqui pela Casa, e tem acesso público. Então, por meio de painéis, dashboards, permite consultas a uma série de conjuntos de dados. Então, lá nós temos toda a cobertura vegetal nativa, também oriunda do inventário florestal, as áreas protegidas também fazem parte do escopo do Painel Verde. Nós temos as áreas em restauração ecológica também, áreas em reparação de dano, as supressões autorizadas e as intervenções irregulares, que é onde eu queria chamar a atenção aqui. Então tudo aquilo que é autuado no âmbito da fiscalização ambiental, pelo que gera auto de infração por destruição da vegetação, ela está disponível nesse Painel Verde, com essa tipologia de intervenção irregular. Então, muitos daqueles desmatamentos que identificados na rotina do Mais, eles figuram aqui nesse painel de intervenções irregulares, que é o que mais se aproxima do que a gente chama de desmatamento irregular. A gente não usa essa terminologia, mas toda a área objeto de supressão irregular, ela está disponibilizada para consulta no Painel Verde, especificamente no painel relacionado a intervenções irregulares. Então acho que vale a pena

o acesso ao Painel Verde para visualização de informações atualizadas sobre supressões de vegetação nativa, mas também aquelas de reparação de dano decorrente desses processos administrativos dos Termos de Compromisso firmado para reparar esses danos, que é importante também. Bom, acho que era isso que eu tinha para trazer aqui. Agradeço pelo convite, pela oportunidade de falar aqui rapidamente sobre o processo de monitoramento ambiental por imagem de satélite. Agradecer ao Jônatas, ao André e ao Cauê, que dão suporte para os nossos trabalhos lá no Departamento de Monitoramento. Fazer um agradecimento especial aqui então, para a equipe do Departamento. E eu, a convite do André, estou na chefia do departamento desde abril de 2025, mas já trabalho com o pessoal do monitoramento há um bom tempo, então são servidores que têm um conhecimento técnico bastante aprofundado dessas metodologias geoespaciais. Tenho aprendido muito com eles, porque eu não sou oriundo da área de geo, trabalhava lá com a Naiana na área de planejamento, da fiscalização, a gente usava a ferramenta geo ali para as nossas análises. Mas então agradecer a equipe do departamento, ao Alexandre, Fábio, Rafael Galdino, que está aqui acompanhando a gente, e o Ronaldo, Wagner e os estagiários, o Arthur está aqui também, que faz a mão na massa lá, a checagem desses alertas, então agradecer o trabalho da equipe. Novamente agradecer a oportunidade, agradeço pela atenção de todos e fico à disposição. Obrigado.

01:54:11 Naiana Lanza: Obrigada, Murilo. Excelente apresentação, como sempre. Eu vou quebrar o protocolo, Jônatas, vou comentar rapidinho. Só queria dizer: que avanço em termos da metodologia, que avanço que tivemos, assim, desde que eu saí da fiscalização, e até hoje, ou seja, pouco tempo. E também com esse recobrimento do que foi detectado pela imagem de satélite, com um esforço da polícia para atender essas denúncias. A gente sabe que isso é um trabalho que a gente vem trabalhando há muitos e muitos anos nessa dinâmica. Então acho que os resultados são muito positivos e agradeço demais a apresentação aqui no CONSEMA, foi muito bacana. Jônatas, por favor, se você quiser fazer um comentário, ou a gente passa para o pessoal fazer os comentários também.

01:54:58 Jônatas Trindade: Elogiar realmente o trabalho feito, um trabalho sério, trabalho competente e que não é um trabalho simples, considerando principalmente o tamanho das áreas que são pequenas, mas que a automação também auxiliou bastante. Mas de toda forma, demanda todo um trabalho da equipe técnica, que é uma equipe pequena, mas uma equipe que faz um trabalho de recobrimento, de acompanhamento muito forte e articulada, combinado com a proteção ambiental. Então, parabéns pela apresentação, realmente muito didática e organizada, e parabéns pelo trabalho a frente do departamento, junto com o André na diretoria, vocês fazem um trabalho de excelência mesmo. Parabéns.

01:55:42 Naiana Lanza: Bom, passamos então agora aos comentários dos conselheiros. Então temos aqui no plenário Crepaldi, Nalon, Leduc, Navarro, Sanseverino, doutora Amanda. E aqui online temos o Paulo Nelson, o Victorino e a Cris Murgel. Crepaldi, por favor. Eu peço a todos, se puderem ser rápidos nas intervenções, agradeço.

01:56:24 Ricardo Crepaldi: Bom dia a todos. Eu estava online, depois virei presencial, mas o ponto é que isso daí é muito alegre e muito feliz ver que a gente está muito bem em tecnologia e cada vez melhor. Só que, subsecretário Jônatas, a gente tem que descobrir um jeito de agilizar, agilizar juridicamente até, a questão das reparações. A gente saber o que foi feito, a Polícia Militar Ambiental faz o trabalho dela com excelência, consegue fazer as

autuações. A gente tem base para fazer, quer dizer, o processo jurídico, mas a velocidade que se inicia essa reparação na teoria, todos os pontos eles entram como autuação e a área fica parada, suspensa, que não pode fazer nada, até correr o processo. Então, é a gente pensar numa forma de como nós vamos fazer para agilizar o processo administrativo e jurídico, para que não tenha nenhuma falha e a gente consiga, pelo menos, iniciar, obrigar que a pessoa, aquele produtor rural ou quem quer que seja, industrial, não importa, ele inicie a reparação o mais rápido possível. Não podemos passar anos nisso, porque às vezes perde até o porque, e a reparação às vezes vai cair depois no colo do Estado, algumas ONGs, não sei. Então, esse é o ponto chave que eu queria colocar aqui. Obrigado.

01:57:48 Naiana Lanza: Obrigada conselheiro. Murilo, acho que para respostas podemos fazer blocos, ou um bloco final, aí você responde tudo ao final, pode ser? E o André também faz as complementações necessárias, pode ser? Então tá. Na sequência, então, o Leduc, por favor.

01:58:06 Eduardo Leduc: Parabéns pela apresentação, por todo o trabalho da DPFA. Só posso aqui divulgar que eu sou um testemunho do trabalho de vocês, pelo menos na região que eu atuo vocês são o braço direito. Eu vejo a comunicação que vocês têm também com outras entidades, não só com a Polícia Ambiental, a disponibilidade em discutir com as prefeituras e participar de reuniões divulgando esse trabalho, e um trabalho muito grande de verificação, se está sendo recuperada a área ou não. Muitas delas começam a recuperação, passa dois anos, você vai lá de novo e está a reincidência da supressão para impedir que as áreas se recuperem. Então, parabéns pelo trabalho de vocês, e a ação conjunta que a gente tem sempre falado da importância de ações conjuntas, vocês são fundamentais, porque quando a gente conversa com vocês, imediatamente vocês entram nos sistemas e conseguem dar uma posição sobre a área, a situação, qual estado está, se ela já foi autuado ou não, sem nos passar os dados de confidencialidade que a ferramenta de vocês tem, mas a gente consegue, pelo menos, se localizar para poder encaminhar uma nova atuação. Muito obrigado.

01:59:34 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, o conselheiro Sanseverino, da OAB.

01:59:42 Carlos Sanseverino: Cumprimentar pela exposição. Queria trazer aqui algumas provocações. Como nós sabemos, sempre tivemos a figura do poluidor pagador do meio ambiente e, mais recentemente, até mesmo na vanguarda de várias discussões em sede da COP, a questão daquele que beneficia o meio ambiente e tem o incentivo, incentivo tributário, a questão das florestas em pé, dos créditos de carbono. Esse importante instrumento, senhor secretário, pode nos ajudar para um balizamento e até mesmo para, como já foi alertado aqui pelo doutor Ricardo Crepaldi, como reflexão sobre integração com outros sistemas. Aqui, o Ministério Público do Estado de São Paulo, que nos acompanha, sabe que a partir de, como foi dito aqui dos danos, eles tomam providências, ou vindo de informação da própria fiscalização da CETESB, ou da Polícia Militar Ambiental, se instaura, muitas vezes, um inquérito civil e depois vá lá para o entulhar do Judiciário. Talvez a gente consiga, com agilidade, e a doutora Mayla pode nos ajudar nisso, ter prateleiras ambientais. Do que nós nos referimos? Por exemplo, no estado de São Paulo, existem métricas de compensação ambiental que já têm sido obedecidas pelos operários do Direito. Então, situações de compensação ambiental em todo o Estado, então nós temos o projeto Nascentes, nós temos

circunstâncias de prefeituras que precisam e indicam situações de compensação socioambiental. Então, esse instrumento que está nos chegando aqui ao Conselho Estadual poderá ser um instrumento importantíssimo para, a partir do dano verificado, nós entendermos destas formas de mitigação. Então, a provocação que eu faço seria: como converter o sistema que está chegando, aproveitando aqui a especialidade da doutora Naiana, para nós melhor identificarmos, a partir do dano, essa integração com a sociedade civil. Porque muitas vezes, ao identificarmos os danos, a autoridade mais próxima, ela é que sabe a melhor forma de mitigação. Porque muitas vezes, já ocorreu no passado, por exemplo, nos anos 2000, de que havia o fundo de Direitos Difusos e Coletivos. Então havia um dano, por exemplo, lá em Presidente Prudente, da barragem lá de Sérgio Mota, e vinha um dinheiro aqui para o fundo do Ministério Público, que esse dinheiro era aplicado, às vezes em cesta básica, em situações diversas, mas não localmente. Isso mudou, e o Ministério Público tem sido atento a esse tema, e também o Judiciário, e nós da OAB também, no sentido de mitigar e compensar o mais próximo do dano. Então, se a CETESB tem e poderá ter projetos de compensação ambiental próximos, e até indicar, isso pode ser de grande valia, então fica esta sugestão para esta integração, para esse sistema tão operante. A segunda pergunta que eu faço para o expositor seria em relação a delay da imagem e sombreamento. Explico: como nós sabemos que muitas áreas, e o Coronel Navarro sabe disso, tem as copas das árvores, às vezes o desmatamento ocorre embaixo, e muitas vezes também a gente tem a questão inversa. Por exemplo, se verifica lá um dano ambiental, como está acontecendo agora no litoral, aqui a gente está acompanhando isso, de que a prefeitura do Guarujá, por exemplo, está mudando a cobrança do IPTU a partir de imagens vinda desses aparelhinhos, drones. Então o drone vai lá, faz a imagem e diz: olha, você está pagando menos IPTU do que deveria. Só que, doutora Naiana, muitas vezes se faz a projeção do telhado e não da construção. Então eu queria também uma palavra para entender se esse sistema também não avança no sombreamento. E finalmente, a questão do LGPD. As imagens que são colhidas pelo sistema público, elas são colhidas de propriedades públicas e às vezes de propriedade privada. Então, nós temos que entender como se dá aqui o cumprimento da LGPD. Nós estamos enfrentando aqui, pela sociedade civil, um grave problema, vou dar um exemplo da segurança pública de São Paulo. Há um sistema aqui, o Muralha, da Polícia Militar, que colhe informações das ruas. Está tudo certo, é serviço público. Aí tem empresas particulares que estão na rua de São Paulo e que põe a seu livre arbítrio uma identificação das pessoas a título de fazer a segurança de um prédio, de um sistema de rua e colhe a imagem das pessoas, as placas dos seus carros, que vai para um sistema particular, invadindo a questão da LGPD. Então também queria uma palavra para entender como o sistema faz para definir a colheita de imagem, tanto pública quanto particular. Essas são as minhas modestas contribuições por ora, agradeço a oportunidade da fala.

02:04:42 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, o conselheiro Paulo Nelson, que está online.

02:04:55 Paulo Nelson do Rego: Bom, primeiro parabenizar o Sérgio pela brilhante apresentação, a importância que a gente traz para esse sistema de fiscalização. A gente sabe que é um trabalho hercúleo e que precisa realmente ser enaltecido. Fazer algumas reflexões que me são caras, até em função da própria fala da Fernanda Carbonelli. A gente vive no Litoral Norte, infelizmente, ainda há um movimento muito grande de expansão urbana, de invasões de áreas de risco, de áreas protegidas, mas não necessariamente áreas dentro das Unidades de Conservação. Pelo que eu pude notar, basicamente a gente tem aqui o sistema

de monitoramento hoje que ele se situa mais nas Unidades de Conservação, e que é até uma pergunta que eu faço, é se a CETESB recebe regularmente essas imagens, e ela tem usado essas imagens também para as suas atuações. A gente vê, a gente presenciou, em alguns casos de denúncia, inclusive no Litoral, de que nós criamos uma denúncia na Polícia Ambiental e a resposta que veio da Polícia Ambiental é que se não fosse uma mata nativa dentro de uma área protegida, ela não poderia ser autuada naquele momento esse tipo de supressão. E a gente sabe que o Litoral Norte foi um case experimental até do sistema de monitoramento, quando teve a catástrofe que dizimou várias vidas ali na Vila Sahy, e que na realidade existe esse monitoramento no Litoral Norte, pelo que me consta, foi otimizado até como um case experimental. Eu gostaria de saber se esse convênio, esse estudo, ele está dentro do sistema que foi apresentado ou não? E ressaltar a fala do conselheiro Sanseverino da importância da integração de tudo isso que está sendo colocado aqui como uma questão de buscarmos dentro desse cabedal que está sendo monitorado de proteção, para que a gente possa realmente usar esses elementos em contribuição com as políticas públicas de compensação, de trazer uma melhora em todo o processo quando se fala em áreas protegidas que são objetos de compensação para que não possamos, às vezes, estar correndo o risco de estarmos privilegiando uma doação de área que já está degradada, em detrimento de áreas que já são protegidas e que merecem um cuidado especial. Então, são essas as minhas pequenas provocações que eu trago.

02:08:39 Naiana Lanza: Obrigada. Na sequência, o conselheiro Victorino. Por favor, Victorino.

02:08:44 Eduardo Victorino: Vou iniciar parabenizando, como sempre, um trabalho belíssimo da DPFA. E dizer que essas imagens de satélite são fundamentais para as fiscalizações. Já está dando resultado, inclusive, que a gente tem recebido a Polícia Militar Ambiental do Estado aqui e pedindo informações complementares aqui para nós, e tem algumas áreas que a gente nem sabe que está acontecendo, e isto tem nos ajudando muito, apesar de nós termos aqui drones que fazemos monitoramento do nosso dia a dia. Então é um trabalho muito bom e vem numa boa hora, que nós estamos com o GFI bem alinhado e bem encaminhado com demandas da PGE, quanto às coisas que estão acontecendo, então esse trabalho vem num momento muito bom. Então parabenizar a DPFA por esse trabalho que já vem sendo feito há algum tempo e que agora está se concretizando e está fechando naquilo que a gente esperava já, que é ter esse monitoramento para a gente poder fazer uma ação no início, que depois que deixou a coisa acontecer, vira uma bagunça. Pegando no comecinho, direitinho, você consegue multar, você consegue fazer todas essas multas municipais hoje, que são muito mais pesadas do que a do Estado, e a gente consegue fazer esse acompanhamento e já multar diretamente lá os proprietários, quem está fazendo a demanda lá. Eu queria aproveitar essa apresentação e só fazer um comentário rapidinho, não precisa me responder agora, pode depois fazer um contato a posteriori, que o tempo está muito curto, mas o TCRA que vocês fizeram no passado, para os municípios que estão licenciando hoje, o Sistema Ambiental acaba indo para o município, e tem TCRA que não está cumprido. A gente percebe que tem TCRA aqui que falta, ele já passou do prazo, inclusive, e não foi cumprido. E tem um certo problema com relação a esse tipo de Licenciamento aqui no município de Mairiporã, por exemplo. Então, se for possível, a gente fazer uma agenda, não agora, uma agenda que a gente pudesse conversar sobre todos os TCRA que foram feitos, que o pessoal chega aqui com um documento e seu documento já venceu já, está pedindo para entrar com licenciamento e já passou do prazo de 90 dias, já

passou até do prazo final para entregar o licenciamento junto a DPFA. Então é uma coisa que a gente tem que conversar um pouquinho com vocês, e aí fica aí também essa lacuna que precisaria resolver. Outra vez eu recebi um material aqui que foi encaminhado por vocês, que a gente ficou com um monte de dúvida. Tá tudo certo, não tá certo? Então precisaria dar uma alinhada nisso. Mas de uma maneira geral, eu queria parabenizar vocês pelo trabalho, e a gente está aqui à disposição. Para nós, que somos uma área de manancial, com mais de 80% de área aqui de mananciais, é muito importante esse trabalho de fazer essas imagens de satélites. Faz polígonos, como é que está. Obrigado. Desculpa a correria para não atrapalhar o tempo de vocês.

02:11:51 Naiana Lanza: Obrigada, Victorino. Na sequência, a conselheira Cris Murgel, pela FAESP, que está online.

02:11:57 Cristina Murgel: Primeiro, obviamente, cumprimentar todo o sistema, é importante os avanços que nós estamos tendo em termos de fiscalização. Mas eu gostaria de deixar registrado aqui dois pontos: Primeiro na linha do Sanseverino, que a inteligência tem que ser usada também para apontar aquele que está fazendo direito, aquele que tem excedente, aquele que está protegendo, para que essas políticas públicas de incentivo e de compensação por aquilo que está sendo feito a mais, ela realmente aconteça. Isso é um pleito do setor há muitos anos, nós temos pequenos proprietários que preservam e preservam muito e precisam ser olhados também. Então, eu acho que esse sistema, a tecnologia, ela tem que servir também para isso, para a gente alavancar de vez essas políticas. E um segundo aspecto, aí relacionado com a fiscalização, muitas vezes o poder público avança muito rapidamente, a tecnologia permite isso nos seus procedimentos, nas suas rotinas, e aquele cidadão, aquele que é atingido por isso, ele nem percebe, nem percebe como a rotina mudou, como o procedimento mudou. Então, Jônatas, André, toda a equipe da fiscalização, eu acho que há necessidade sim da gente levar isso à ponta, ele entender como ele é fiscalizado, como que essa fiscalização chega, quem fiscaliza. Nós ainda vivemos num ambiente em que muitas vezes ele é fiscalizado por vários entes, pelo município, pelo Estado, pelo federal, e ele nem entende como que chegaram ali, não que não devam chegar, mas ele precisa entender, esse é um direito dele. E talvez se a gente trabalhar mais no sentido educacional, informativo, de levar isso, ele perceba o risco que ele corre, como é que isto hoje é feito de forma até remota, que muitas vezes ele não está nem percebendo o que está acontecendo, e isso ajuda o sistema também, ajuda toda essa gestão. Eu vou terminar minha fala aqui. Parabéns a todos, e pedir licença, Jônatas. Eu vou ter que sair para uma reunião aqui na presidência, e desejando uma boa continuidade da reunião a todos. Obrigada.

02:14:46 Naiana Lanza: Obrigada, Cris. Na sequência, então, a conselheira Amanda, representando a Procuradoria Geral do Estado.

02:14:57 Amanda Modotti: Bom dia a todos e todas. Só queria parabenizar mesmo a iniciativa da fiscalização, parabenizar o André, o pessoal do monitoramento, e dizer que essa melhoria no monitoramento vem muito de encontro também com a judicialização, porque o CNJ, desde 2023, tem como protocolo para julgamento das ações ambientais a possibilidade de utilização de sensoriamento remoto. Então, é muito bem-vindo, em boa hora, e vai nos auxiliar muito também nas questões judicializadas. Obrigada.

02:15:36 Naiana Lanza: Obrigada. Na sequência, o conselheiro Nalon, do IPA.

02:15:45 Marco Nalon: Bom, Murilo, André, no nome de vocês já deixo aqui de cara um super parabéns pela equipe inteira. Eu sou suspeito, conheço o trabalho desde o início, tenho afinidade na área por conta de inventário da área de atuação mesmo, como pesquisador, acompanho esse trabalho de vocês desde o início. Do mais, como é que era feito na unha, doutora Armanda, de quando a gente começou e as imagens de satélite não tinham fé pública, a gente não podia usar que o juiz não acreditava, tinha que ser fotografia aérea, isso mudou radicalmente. E dizer que o que foi apresentado aqui é um baita retrato da evolução do trabalho, da fiscalização, da legislação ambiental que acompanha isso, que dá apoio, mas principalmente da ferramenta. O que você trouxe, Murilo, primeiro, lembrar um detalhe importante: como você menciona o inventário, o inventário florestal mais recente que nós tivemos, que é da melhor qualidade que a gente produziu no estado até hoje, foi com as imagens que tinham lá no Mais na época, do contrato que tinha de imagens de satélite de alta resolução. Então, graças a esse material que a gente conseguiu também avançar, então eles são, assim, irmãos esse material, e vocês dão continuidade com todo esse trabalho que é intenso ali, de pensar o número da equipe, o número que se apresenta de todo o trabalho que tem de previsão das imagens e emissão dos alertas e tudo mais, é difícil até de acreditar que acontece com poucas pessoas. Isso é louvável, realmente. Os dados de supressão, eu estava lembrando aqui com a Bia, foram super importantes na época do Zoneamento Ecológico Econômico, na Carta de Biodiversidade, como um vetor de pressão, e a gente estava até discutindo que agora, pela qualidade do dado que tem, ele pode até ser colocado também como um elemento de resposta do Estado, não só a pressão da supressão, mas com a capacidade de respaldo. E a detecção, o espaço de tempo é muito menor hoje em dia, a detecção, e aí essa abertura das ferramentas já existentes do Map Biomas e do SMas mais recente lá do pessoal de desenvolvimento urbano e habitação, que é fantástico também. E aí, nesse sentido, a gente tem também utilizado dentro do IPA, não só em função da questão da vegetação nativa que a gente tem, o projeto de inventário faz esse monitoramento, mas mais recentemente, englobando esse material principalmente do SMas na questão de risco. Nós recebemos, a gente tem feito uma, a gente recebe sistematicamente todo mês essa massa de pontos que eles detectam, eles detectam qualquer alteração, qualquer alteração, eu digo, assim, era vegetação, pode ter virado um telhado, que para habitação é uma ocupação irregular ou não, até para a gente que não é fiscalização, ou solo exposto. E a gente percebeu que, às vezes, o solo exposto pode ser uma indicação também de alteração, por questão de deslizamento. Então a nossa equipe dentro disso, a gente está trabalhando muito esses dados, não só para detecção de alteração da vegetação, mas como indicador também de áreas de risco. Essa amostragem tem sido feita cumulativamente e a gente já tem uma proposta para logo em breve começar a lançar isso com mais um elemento para cruzar com os mapas de risco, viu, Leduc. A gente tem esse mapeamento que a gente tem ativos, como o Jônatas colocou, a gente está ampliando a área e também ter esse monitoramento, que essas alterações estão se dando em área de risco. Isso potencializa o alerta da prefeitura também. E é isso que eu tinha a dizer, mas é fantástico. E pelo histórico que você colocou, mais uma vez, o Mais é pioneiro nisso, porque depois que apareceu o Map Biomas, com essas ferramentas, e também o sistema mais atual do IGC e até o do Federal, que é colocado para a gente usar, então é nesse ponto. Assim, mais uma vez, São Paulo é pioneira. Isso é legal de saber que nascem aqui as coisas legais também. Obrigado.

02:20:31 Naiana Lanza: Obrigada, Nalon. Por fim, agora, o conselheiro Navarro, da Polícia Militar Ambiental.

02:20:36 Leandro Navarro: Bom dia a todos. Primeiro parabenizar, e fico muito feliz pelo avanço que a gente está tendo, e isso é fruto de muito trabalho, investimento e principalmente quem está ali se comprometendo com o que está fazendo. Então, parabéns ao Murilo, Cauê e ao André. E isso tem ocasionado um salto de qualidade para nossa fiscalização, e não é à toa, não é à toa que o Estado de São Paulo está aumentando a sua cobertura vegetal por conta de 'N' ações e, principalmente, com o uso racional dos meios dos ativos operacionais, com base em inteligência policial, em tecnologia. Então, parabenizar bastante, é um desafio, a tecnologia, a cada dia está se renovando, a gente precisa acompanhar isso, isso requer investimento, treinamento e capacitação. Hoje nós estamos na nossa carga de serviços da Polícia Militar Ambiental, o Geo Patrulhamento, que é o sensoriamento remoto, utilizando também com algumas nuances e características, mas com muita similaridade, o que o Mais faz também. Então hoje são 25 núcleos do policial que está lá fazendo o monitoramento, mais especificamente daquela região, daquela área, com informações mais locais ali, principalmente com relação ao Licenciamento Municipal também, para a gente chegar mais rápido, para a gente chegar com maior eficiência, com o maior número possível de informações para o nosso patrulheiro, para ele poder ser eficaz na fiscalização. E a gente também dar uma resposta para que: "Olha, isso não é uma infração ambiental. Fique tranquilo, a sua denúncia foi registrada, ela foi capacitada", e o cidadão ter um retorno do serviço que é prestado pelo Estado de São Paulo, em especial pela Polícia Militar, pelo Sistema Ambiental Paulista. Então, parabenizar mesmo, nós estamos à disposição. Eu acho que dá para a gente dar escala para isso, a gente compartimentar e compartilhar informações, trocar essas experiências, o nosso Geo Patrulhamento coloca mais algumas camadas também com relação ao aspecto de segurança pública. Então, como citou o conselheiro Sanseverino, nós temos o Muralha Paulista, que é um projeto de sucesso aqui. E só para vocês terem uma ideia, são hoje 90 mil câmeras no território do estado de São Paulo, câmeras públicas do Estado, municípios e também câmeras privadas que, de acordo com termo de convênio, elas disponibilizam essas imagens para o poder público, não é o particular que faz pesquisa criminal, ele não tem essa capacitação, essa capacidade, mas a gente utiliza a imagem dele, da câmera dele em locais estratégicos, pré definidos e aí sim, a gente busca a identificação criminal daquela pessoa. Se foi o indivíduo suspeito, se ele já tem passagens, se ele não tem, se ele está procurado pela justiça. Então, dessas 90 mil câmeras, cerca de 10 mil fazem a identificação de placa para identificar veículo produto de roubo e furto, e 2 mil delas tem um aplicativo ainda mais robusto, que é a identificação facial. E todos esses dados são trabalhados pelo Poder Público, Secretaria de Segurança Pública, obedecendo todos os critérios legais de LGPD e principalmente da responsabilidade na custódia dessas imagens. Então, nada disso é divulgado, simplesmente aquele indivíduo é procurado, aciona a viatura, vai lá e efetua a prisão daquele indivíduo que está naquela rua, naquele local, naquele momento. Então a gente agrega tudo isso e assim, informação de qualidade gera conhecimento, que gera decisão e que gera resultado. Então isso é um ciclo que é perene e a tecnologia vem só para nos ajudar. Tivemos o carnaval mais seguro em São Paulo, com menor índice de furto e roubo de celulares, que era o principal problema nos blocos. Isso muito por conta da tecnologia, do uso de imagens. Bom, tudo isso nós estamos no caminho certo e no uso da tecnologia em prol de proteger o meio ambiente, de proteger o cidadão. Então, parabéns! Conte com a gente também. Vamos dar escala para isso. Vamos conversar, treinar todo mundo. Quanto mais gente tiver fazendo monitoramento, maior será o resultado. E só para finalizar, ano passado nós tivemos 2 mil relatórios de informações técnicas produzidas pela Polícia Ambiental, que geraram autos de infração. De 16 mil autos, em 2025,

nós tivemos 10 mil de flora, desmatamento. Desses, 2 mil foram em virtude do uso da tecnologia, mais esses 1.151 que o Mais produziu. Então, são mais de 3 mil autos de infração que o Estado de São Paulo impediu aquela infração de prosseguir, por conta do uso da tecnologia por sensoriamento remoto. Então, parabéns, mais uma vez, estamos à disposição. Naiana, você participou desse processo também na década passada, quando começou ainda incipiente. E é um processo que ele vem evoluindo e assim, o céu é o limite, porque a tecnologia hoje é fundamental para a gente poder proteger o nosso estado. Obrigado, gente.

02:26:58 Naiana Lanza: Obrigada, coronel. Passo então agora a palavra às equipes da fiscalização para fazerem os comentários e eu peço para a gente ser rápido, na medida do possível, para a gente poder avançar. Não sei quem vai começar, se o André, ou o Sérgio Murilo, vocês que mandam. Então o André começa, e depois o Murilo complementa, e o Cauê também fica à vontade para comentar.

02:27:23 André (sobrenome): Bom dia. Primeiramente gostaria de parabenizar o Sérgio e a equipe pelo trabalho maravilhoso e de fundamental importância para fiscalização. Só respondendo ao Crepaldi, uma informação que acho bastante interessante é que 50% dessas autuações que o coronel comentou, cerca de 16 mil o ano passado, elas são em 30, 60 dias no máximo, é passado pelo atendimento ambiental, e 50% a gente consegue conciliar e já sai com Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental. Então, no ano passado, por exemplo, de todas essas autuações, a gente conseguiu cerca de 3.700 hectares de área compromissadas para reparação desse dano. Então, além disso, além dos TCRA's, a gente também, o ano passado, trabalhou com o Acordo Verde, em parceria com a PGE, e o resultado foi bastante expressivo, bastante interessante. Cerca de mais de 4 milhões de reais multa foi convertido em serviço ambiental, então, um número bem expressivo. E o total....

[02:28:40 inaudível] relatórios semestrais, e até dois anos prorrogáveis por mais dois, e só no final disso, mas é monitorado sim, mediante a apresentação dos relatórios. Então, só para finalizar, todos esses alertas que o Sérgio comentou, 50% mais ou menos que ele colocou tiveram autuações, e os que não tiveram autuações, ainda assim, a gente trabalha com notificações. Então, ano passado a gente emitiu diversas notificações e teve um resultado também expressivo, com reparação de dano. Então, somando as notificações mais as autuações, a gente conseguiu mais de 10 mil hectares compromissados para reparação de danos. Então é um trabalho que tem um resultado com relação a reparação de dano bastante expressivo.

02:29:34 Sérgio Sant'anna: Só complementando o que o André comentou em relação à questão da abrangência do Mais, acho que é válido destacar que ele não é exclusivo para o monitoramento de Unidades de Conservação, a gente monitora, para além das Unidades, também todo o território de vegetação nativa. Foi falado também na questão do litoral, no litoral ele é monitorado também de forma frequente. Então a gente também, naquele número que eu coloquei de 18 vezes que a gente monitorou, então o litoral também entrou nessa conta. Então toda a identificação passível de fiscalização também foi identificada nesse monitoramento. Em relação às imagens, a gente usa lá um conjunto de imagens de diferentes satélites. Então, a gente tem, desde imagens que têm uma frequência maior, satélites que têm uma frequência um pouco maior, que é o CBERS, tem ali uma frequência de em torno de 30 dias entre uma revisita e outra daquela mesma área, as a gente tem acesso às imagens, então, do Brasil Mais, que ele apresenta imagens de área do mesmo local. Então, essa questão de delay da imagem, eu acho que hoje isso já está bastante superado. Anteriormente

você precisava esperar um mês para ter acesso a imagem daquela área e às vezes estava com nuvem, então tinha que esperar mais um mês para ver se ela teria o céu limpo para a gente poder ter acesso. Então, acho que isso hoje é o avanço, tanto tecnológico quanto também na questão do acesso às imagens... [02:31:27 inaudível] Da Lei Geral de Proteção de Dados, acho que por ser imagem de satélite, a gente não tem essa questão, essa preocupação com placa de veículos e identificação de pessoas, até pela escala e pela resolução espacial, então isso também não é, e também assim, no nosso fluxo de informações que a gente compartilha com a polícia, a gente não compartilha nada também que seja dado sensível, mas é claro, também o coronel Navarro já trouxe também toda a preocupação que a polícia tem, caso essa informação seja sensível, esse zelo, então acho que isso é tranquilo dentro do processo. Acho que eram essas as questões, mais agradecer as falas dos conselheiros e das conselheiras, que eu acho que contribuem para o nosso processo. Obrigado.

02:32:21 Naiana Lanza: Obrigada, Murilo. Então finalizamos essa primeira apresentação da Ordem do Dia e seguimos aqui.. Eu queria consultar o plenário porque nós temos ainda dois pontos de pauta e já são quase meio dia, talvez algum dos pontos fique prejudicado. Então eu gostaria de sugerir para o plenário para a gente levar um dos pontos de pauta para a próxima reunião, para a próxima plenária e a gente trabalharia aqui no plenário com apenas um dos temas. Se me permitem, eu já vou sugerir, porque eu sugiro que a gente mantenha o ponto de pauta da Fundação Florestal, tendo em vista que tem uma equipe toda da Fundação aqui que veio acompanhar, em respeito aos nossos funcionários. E aí o pessoal do Fina Clima ficaria pra próxima. Tudo bem? Você quer fazer algum informe sobre a questão da Cantareira, que tem prazo, alguma coisa assim?

02:33:24 André (sobrenome): Só ressaltar que em março a gente vai ter uma abertura de chamada através do Fundo da entidade gestora para projetos no Cantareira, no qual a gente está desenvolvendo um projeto de Pagamento por Serviço Ambiental para recuperação de APP em pequenas propriedades. Então, fiquem atentos e assim que a gente publicar a gente vai divulgar nos canais da SEMIL.

02:33:46 Naiana Lanza: Legal. E aí a gente também pode fazer a divulgação aqui pelo CONSEMA, também acho que é legal. Agradeço viu, André? E desculpa mesmo, às vezes a gente se anima aqui nas discussões. Obrigado André. Punibilidade então. E agradeço também ao plenário. Então passamos ao item 3 da Ordem do Dia, que é a apresentação sobre o Programa de Conservação da Araucária, o programa Pró Araucária, da Fundação Florestal.

02:34:11 Carlos Sanseverino: Doutora Naiana, me permita só uma palavra pela ordem. Eu fiquei sem retorno sobre a questão da compensação ambiental, das prateleiras. Depois, se possível, uma palavra da doutora Mayra e da diretoria.

02:34:25 Jônatas Trindade: Conselheiro, a gente vai ter que avaliar isso juridicamente também, porque é obrigação de quem fez a intervenção, então vai ter que ser avaliado juridicamente. Tecnicamente, tem algo parecido já em funcionamento na Secretaria, inclusive sendo trabalhado. Então assim, numa próxima reunião, a gente pode até dar um retorno para o senhor em relação a essa discussão, sem problema nenhum.

02:34:48 Carlos Sanseverino: Ok, nós podemos contribuir, trazer também como para avaliação da diretoria da CETESB, todos os acordos que foram celebrados em sede do Conselho Superior do Ministério Público, como um balizamento para que vocês entendam o que o Ministério Público tem aceitado, as propostas, e alinhar, porque isso certamente, essa aproximação das instituições vai beneficiar e vai acelerar o processo de compensação ambiental.

02:35:12 Jônatas Trindade: Achamos ótimo. Obrigado. E é dessa forma que a gente constrói as soluções. Obrigado mesmo.

02:35:20 Naiana Lanza: Bom, então, Victória, seja bem-vinda ao plenário do CONSEMA. Por favor, fique à vontade.

02:35:25 Victoria Marcondes Karvelis: Obrigada. Bem, bom dia, ou quase boa tarde, né? Prometo que eu vou tentar não me alongar muito até para a gente talvez ter um tempinho de perguntas, mas me apresentando para aqueles que não me conhecem, eu sou a Victória. Acho que muitos da plenária, pelo menos eu tenho acompanhado aqui nesse último mandato. Sou suplente da Fundação Florestal no CONSEMA também. Fui coordenadora do Pró Jussara e hoje estou como diretora de Bioeconomia, uma das novas diretorias agora temáticas, depois da reestruturação da Fundação Florestal. Então hoje eu vim trazer para vocês o Pró Araucárias. E a araucária, acho que muitos conhecem mas, a título de contextualização, é importante destacar que araucária é uma espécie nativa da Mata Atlântica que chegou até a coexistir com os dinossauros, em muitas pesquisas se estima isso, então ela está presente. Estima-se que ela tenha surgido há 200, 250 milhões de anos atrás e ela é muito reconhecida pelo seu formato. Na idade adulta ela tem esse formato peculiar, pode alcançar 50 metros de altura, 90 centímetros de diâmetro, e tem Araucárias de até 700 anos já registradas. E essa espécie ela ocorre numa fita fisionomia específica da Mata Atlântica, majoritariamente nas matas de Araucária ou nas florestas ombrófilas mistas, que são as áreas em verde escuro no mapa. E no mapa a gente vê a presença anterior da floresta, da Mata Atlântica e dessa fitofisionomia, e a presença atual, no mapa abaixo. Então, estima-se que os remanescentes da Floresta Ombrófila mista não cheguem nem a 3% atualmente, e ainda estudos indicam que até 2070 esse habitat deve desaparecer no ritmo das mudanças climáticas que estamos atualmente. E aqui, com foco, não sei se vai dar para ver muito bem, mas com foco no estado de São Paulo, as partes em verde claro são esses remanescentes da fitofisionomia, de acordo com o Inventário Florestal. E essa dependência da araucária de ambientes frios, de condições climáticas específicas, somada à exploração madeireira intensificada no século XIX e XX, fez com que a espécie atualmente esteja listada em níveis internacionais, federal e estadual como ameaçada de extinção e, portanto, seu corte atualmente é crime ambiental, o que é muito preocupante, porque a araucária desempenha um papel e uma função ecológica e de manutenção do bioma, muito importante na Mata Atlântica. Ela serve de alimento para diversas espécies, inclusive como abrigo para o Grimpeiro, que é a ave ali no canto direito de vocês, através dos seus pinhões, que são da pinha, sendo uma importante fonte de alimento para os animais, principalmente no período de escassez da floresta, que é quando a gente tem as pinhas, no inverno. E além disso, os pinhões são muito importantes econômica e culturalmente. Estima-se que o uso do pinhão para alimentação humana remete há 4 mil anos atrás, através dos povos originários, principalmente do Planalto Sul do Brasil. Então, isso já é algo cultural e já está na dieta de muitas comunidades tradicionais, mas também de produtores rurais ao longo do tempo.

Apesar disso, o histórico, depois do corte se tornar o crime, esse histórico de repressão e a falta de informação muitas vezes fez com que até aqueles que costumam consumir o pinhão não tenham o costume de plantar araucárias. Então, nesse contexto surgiu o Pró Araucária, mas muito além desse contexto. Na verdade, eu trouxe aqui um breve histórico para dizer que, pelo que a gente conseguiu pesquisar, mas deve ter coisa ainda antes, desde dos anos 70 se fala da cadeia produtiva da araucária através do pinhão, principalmente, de festivais, exposições, festas e eventos para comercialização do pinhão, e também através de pesquisas do atual IPA. Mas foi na última década que a gente tem uma atuação de políticas públicas e normativas um pouco mais presente através, tanto da 189, como depois da 121, de 2022, que é a resolução que permite, por meio de autorização, a coleta dos pinhões até em período de defesa da espécie, pensando também nas mudanças climáticas e a importância de fazer o manejo de forma sustentável. Mas a gente tem também projetos do SAA sobre o tema, e então, em 2025, surge o Pró Araucária. A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística formalizou o programa através da Resolução 23. E o Pró Araucária, que é o Programa de Conservação do Pinheiro Brasileiro da Araucária, tem como objetivo promover a conservação, o manejo sustentável, a restauração ecológica, capacitação, certificação, incentivo à pesquisa científica, o fomento a cadeia toda através de inovação, rastreabilidade e certificação, como eu disse, ou seja, também da bioeconomia em volta da espécie. E pretende fazer isso através de alguns eixos de atuação. A Resolução da Araucária também define a abrangência como o Estado de São Paulo, é claro, mas principalmente Unidades de Conservação, Zonas de Amortecimento e áreas de ocorrência atual ou potencial, e também territórios de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, e institui também o Comitê Gestor para que as decisões e os projetos do programa sejam discutidos num fórum tanto com órgãos públicos como também com representantes da sociedade civil, então, aqui, entidades ambientalistas, povos e comunidades tradicionais e agricultores e também o setor produtivo relacionado a cadeia do Pinhão. E a gente, em conversas, estruturamos um projeto piloto para colocar em prática o que o Pró Araucária pretende fazer através de seus eixos de atuação. E esse projeto piloto pretende atuar em um território específico, como piloto mesmo, que é a área de Cunha, principalmente a Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Cunha. E devido a alguns fatores, dentre eles a incidência atual da espécie por lá, Cunha tem condições climáticas e geográficas muito favoráveis à espécie, então é atualmente um refúgio de remanescentes de araucária. Tem um relevo montanhoso de altas altitudes e também um clima bem temperado e úmido. Mas também devido ao protagonismo no manejo sustentável que o município tem. Então, Cunha é o maior comunicador de coleta, digamos assim, é o município que mais comunicou coleta de pinhão desde a resolução 121, de 2022. Então é o gráfico de pizza, Cunha nessa cor mais clara, então, muito mais do que os demais municípios. E também é o município que mais fornece pinhões para o principal destino, que é o Ceagesp. Então, dados da Ceagesp de 2023 mostram Cunha ali na cor mais clara, esse gráfico no canto inferior mostra também Cunha à frente até de municípios de Minas Gerais, por exemplo. Mas, além disso, Cunha também tem um fator importante, que é o interesse e articulação tanto institucional quanto dos produtores locais. E ele já tem um vínculo com a cadeia produtiva do pinhão e com a espécie muito consolidada, que faz com que o plantio seja algo mais fácil de ser introduzido. A título de curiosidade, vale destacar que Cunha também tem uma grande parte desse seu comércio, o volume do comércio se dá também, porque Cunha tem uma safra precoce, então o pinhão de Cunha chega nas prateleiras antes do Pinhão de qualquer lugar. A safra é de abril a junho, normalmente, então isso costuma acontecer. E também o pessoal de Cunha defende que o Pinhão de Cunha tem características específicas, o que

também favorece sua comercialização. Bem, mas apesar disso, então tem um monte de fatores que fazem com que o município esteja muito à frente, pelo menos no manejo sustentável. Através desses dados, a gente consegue identificar isso, mas não quer dizer que esteja tudo resolvido. Então ainda tem alguns obstáculos, umas lacunas para atuação desse projeto piloto. Então, os produtores relatam o envelhecimento das matrizes, o que diminui a produção do pinhão, prejudicando a cadeia produtiva. Eles têm também a demanda pelo plantio de enxertadas. O pinhão só vai dar na araucária depois de muito tempo, e a enxertada costuma reduzir em metade do tempo. Então, fazer enxertia no indivíduo jovem se estima que o pinhão comece a surgir em sete anos, e numa altura muito mais baixa, o que facilita também a colheita, isso porque a dificuldade de mão de obra é algo também muito relatado, seja pela dificuldade da atividade, como também pela falta de capacitação. Também, pela falta de alternativas de armazenamento e processamento, então Cunha escoa muito para o Ceagesp, mas depende de intermediários para fazer isso e não consegue ainda fazer com que esse pinhão rode durante todo o ano no município, e faça com que a economia local rode. Então isso também fica muito delimitado no tempo da safra. A baixa organização e diversificação de escoamento, que também contribui para esses fatores que eu comentei. A necessidade de incentivos para a manutenção de organizações. Então tem algumas associações e organizações atuantes no território, mas que acabam dependendo de projetos e iniciativas políticas públicas, então o projeto piloto também incentiva isso. São importantes, como uma forma de unir todo o pinhão ou todo plantio, toda necessidade de assistência técnica nos produtores e em associações, organizações. E também a necessidade de incentivos para maior dedicação à conservação da espécie, como eu comentei, o plantio ainda não é algo tão comum. E como eu sei de tudo isso? Na verdade, não é algo que a gente descobriu sozinhos. Na verdade, a partir do momento que a resolução, e até um pouco antes que a resolução foi assinada, a gente tem visitado o território constantemente. Então, em junho, no evento de lançamento da resolução, o Pró Araucária foi assinado pela secretária lá em Cunha em um evento, e entre julho, agosto, setembro e outubro a gente fez reuniões on-line, presenciais, oficinas, conversas, escutas diversas. Então aqui estão alguns registros disso. Isso tudo, pegando a nossa linha do tempo com uma lupa para o ano passado. Graças à mobilização constante também da equipe no território, a gerência do Vale do Paraíba e o Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Cunha e sua equipe. Então fizemos reunião com o Conselho Gestor, com pesquisadores e com os produtores. Em outubro a gente voltou depois dessas reuniões, onde identificamos essas lacunas e os interesses principais dos produtores, voltamos para apresentar uma proposta de projeto piloto e eles contribuíram ainda muito com a nossa proposta, que então vem sendo aprimorada e apresento hoje para vocês essa versão depois disso tudo. E esse projeto piloto, o que vai ser? Então a ideia é que seja instrumentalizado através de um PSA, um Pagamento por Serviços Ambientais da Araucária, que tem como objetivo remunerar ou como atividade principal, remunerar os produtores pelo plantio e conservação, mas também organizações de produtores pelo fortalecimento da cadeia produtiva. Então, vão ser duas frentes de atuação e um PSA a frente de organizações e a frente de produtores. Essas organizações, claro, que tenham atuação no município de Cunha e na conservação da espécie ou na cadeia produtiva, e os produtores, a gente está focando em agricultores familiares e pequenos produtores, claro, também na área de abrangência, na Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Cunha. E através desse projeto a gente está focando nesses eixos que estão no camto direito, dentro daqueles sete eixos que a resolução prevê. Para o PSA Organizações, digamos assim, as organizações vão ter que enviar um projeto para aprovação, e esse projeto pode ter duração de 12 a 36 meses. E o desembolso, o incentivo que o PSA vai fazer nessa

associação pode ser pago de 3 a 6 parcelas ao longo desse período, chegando num total de até 250 mil por organização. A gente pretende que a gente tenha duas organizações incentivadas, então alcançaria 500 mil. Esse projeto que as organizações vão ter que montar, tem que seguir alguma ou todas as linhas de incentivo previstas, que é o apoio ao cultivo e colheita, o apoio ao processamento ou apoio a comercialização. E aí, nesses três casos, aquisição de bens, serviços, contratação de consultoria especializada, tanto para facilitar a colheita e equipamentos de colheita, como também adequação sanitária, embalagens mais apropriadas, locais de armazenamento, consultoria para certificação do pinhão ou para facilitar a comercialização, coisas desse tipo, mas também uma quarta linha, que é a assistência técnica, então contratação de serviço para apoio aos produtores que vão estar no PSA Produtores. E o PSA Produtores tem um estilo de modalidades. Então o produtor, ele, ao se inscrever, pode selecionar uma ou mais modalidades, desde que ele fique dentro de um valor limite por produtor, que eu vou dizer um pouco mais pra frente, e esses arranjos vai depender da disponibilidade e da área que o produtor tiver para fazer o plantio. Se o produtor já tiver araucárias plantadas em até três anos, ele pode cadastrar essas araucárias na modalidade de conservação, que é a remuneração por araucárias naturais pré existentes, um máximo de 50 indivíduos que tenham sido plantadas nos últimos três anos, mas essa modalidade vai precisar ser combinada com outra. Então você não pode entrar só para cadastrar araucárias anteriores, tem que fazer também o plantio de novas. A segunda modalidade é o plantio livre, que é a remuneração pelo plantio de araucárias sem espaçamento definido, o que foi uma demanda muito forte do território, porque muitas as pessoas não tem área, um hectare, dois hectares para destinar para plantar só araucária, o território tem como principal fonte de renda, principalmente a pecuária leiteira. Então, a ideia é também fazer um consórcio entre as atividades. Nesse sentido, se tem um costume, ou se teve um costume um tempo atrás, de fazer o plantio de araucárias junto à cerca para definir visualmente a propriedade, então isso poderia ser feito através do plantio livre. E aí, a quantidade de araucárias a serem plantadas depende do tamanho do imóvel, algo proporcional de 50 a 200 indivíduos. E pensando em colocar em prática a enxertia e também esse teste, e incentivar a cadeia produtiva do pinhão, 20% dessas araucárias do plantio livre podem ser enxertadas, até 20%, e essa modalidade pode ser combinada com as demais. Temos também a restauração de APP, que é a remuneração pelo plantio de araucárias, aí só naturais, em APPs e também todas as atividades necessárias para a condução da regeneração natural ou restauração que aquela APP demanda, né? Então, o cercamento, o isolamento, controle de invasoras, tudo isso também dentro dessa modalidade. E a quantidade de indivíduos mínima é de 20 araucárias por APP. E a última, o Pomar de Araucárias, que é para quem já tem uma área maior para destinar para isso e tem um foco um pouco maior na cadeia produtiva depois do pinhão. Então, é um plantio, remuneração para um plantio sistematizado de 100 araucárias por hectare, que podem ser até metade enxertadas desde que intercaladas com as naturais também, e que essa modalidade seja combinada com alguma outra. Também foi uma demanda muito forte do território que a gente facilitasse depois o processo de colheita. Como a gente tem essas araucárias muito diversas nas áreas, esse formato pode ajudar isso futuramente. É importante destacar também que o manejo madeireiro das araucárias está sendo previsto desde que elas sejam registradas em até 20%, e também desde que com autorização necessária pelas normativas vigentes e também mantendo a proporção ideal de machos e fêmeas que, pelas pesquisas mais recentes, é de 80-20, 80 fêmeas para 20 machos. E além disso, além do foco no plantio de araucária, em aumentar a população de araucária, a gente tem também algumas atividades complementares, obrigatórias e eletivas. Das obrigatórias é a participação em capacitações

promovidas pela Fundação, duas por ano, o registro do plantio das mudas ou da restauração nas resoluções respectivas, e também a comunicação da coleta do pinhão para quem já atua com isso, conforme a Resolução 121 de 2022. E as atividades eletivas podem ser feitas pelos produtores e, dependendo do interesse, eles podem promover a atividade de educação ambiental, realizar mutirão de ação ambiental na Unidade, plantio de outras espécies frutíferas na Mata Atlântica, adotar boas práticas agropecuárias como piquete, bebedouro, cercamento de APP, implantação de sistema de saneamento rural para as propriedades que ainda não tenham. Essas eletivas têm critérios estabelecidos e, se alcançadas e realizadas, elas podem levar uma parcela extra de até 6 mil reais para os produtores, e se soma aqui esse valor. Então, a remuneração para os produtores pode chegar até 36 mil reais ao longo de todo o projeto, esse pagamento é feito em até cinco parcelas, sendo que 30 mil é o máximo por modalidade, e 6 mil o máximo para eletiva realizada. E aí a gente está prevendo uma parcela como linha de base, então, com a assinatura do contrato para facilitar o início das atividades, e depois uma parcela a cada ano. E com isso a gente pretende não só contribuir com o aumento populacional da espécie, mas também fortalecer a cadeia produtiva sustentável do pinhão e incentivar essa atividade como uma fonte de trabalho e renda para os produtores, que hoje se dividem em outras atividades devido ao período bem específico que se tem a renda com o pinhão, que é muitas vezes comentado por eles, que é o 13.º deles lá, e também incentivar a restauração de APPs, a adoção de boas práticas e também o saneamento rural através das atividades eletivas ou também da modalidade de APP. E claro, o piloto pretende gerar um modelo que possa ser replicável, então a gente pretende aprender com essa aplicação para depois replicar em áreas que também tem incidência de araucária ao longo do estado. E para o projeto em si, a meta é de 50 famílias, duas organizações que podem levar cerca de 10 mil novas araucárias plantadas e um investimento de 2,5 milhões. Queria destacar que aqui estão algumas das pessoas envolvidas. Então, o que eu estou aqui representando hoje, o programa, através da Diretoria de Economia, mas tudo isso foi pensado, ele não seria possível de ser realizado, idealizado, sem o apoio do território piloto. Então, aqui algumas organizações e regiões que a gente visitou, as organizações também e a prefeitura de Cunha, mas também a equipe do território, então a gerência do Vale do Paraíba e o Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Cunha e sua equipe, aqui representado pela Camila e pela gestora Luane, mas também toda a equipe do parque. As demais diretorias, principalmente a de planejamento e ordenamento territorial. Tatiana nos ajudou muito no início do projeto. E claro, a Claudette, que é coordenadora do Núcleo de Cadeias Produtivas dentro da Diretoria de Bioeconomia e que, enfim, idealizou também todo o projeto piloto e, claro, todos os colegas da SEMIL, o pessoal do IPA e da Secretaria de Agricultura, que participaram de reuniões trazendo muitas informações e experiências. E é isso. Obrigada. Corri, desculpa.

02:57:43 Naiana Lanza: Obrigada, Victória. Então, passamos agora aos comentários dos conselheiros. Alguém aqui no plenário gostaria de fazer algum comentário? Então temos o Nalon, então aqui o Henrique. Então, aqui no plenário, só o Nalon e o Henrique. Rodrigo, vai querer falar ou não?

02:58:09 Rodrigo Levkovicz: Vou furar a fila só para destacar o trabalho da equipe. A gente está acompanhando esse projeto de longe e fico muito satisfeito de saber que já é um primeiro projeto da nova estrutura da Fundação. E isso que é importante, cada projeto que a gente entrega, a gente sedimenta a proposta institucional que a gente conduziu. Então, parabéns, gente. A gente está muito orgulhoso desse projeto.

02:58:35 Naiana Lanza: Obrigada, Rodrigo. Online, teremos pessoas que gostariam de se manifestar? Só para registrar aqui. Por enquanto não temos ninguém, então eu vou passar aqui para o plenário, caso o pessoal se manifeste online depois eu chamo. Então, por favor, Henrique, pode iniciar os comentários.

02:58:53 Henrique Kefalás: Bom dia a todas e todos. Eu sou o Henrique do Instituto Linha d'Água. Agradeço pela apresentação. Parabenizo a Victória pela apresentação, e a minha questão é bem simples, são duas perguntas só: a primeira é se a gente já tem uma perspectiva de que outras cadeias da sociobiodiversidade, a gente vai poder começar a pensar nesses programas de incentivo, que eu acho que isso é fundamental para entender que o uso sustentável é uma estratégia de conservação, então acho que isso é um ponto importante e que está sendo apresentado dentro dessa estrutura. Então, perguntar sobre isso e perguntar também sobre a origem dos recursos, a fonte dos recursos para esse Pagamento pelo Serviço Ambiental, até para a gente entender onde que estão as oportunidades de alargamento disso, para ver se mais organizações produtivas podem ser contempladas. É isso, obrigado.

02:59:44 Naiana Lanza: Obrigada, Henrique. Eu posso, então, para o Nalon, e depois a Victória comenta, o Rodrigo também., se quiser, claro.

02:59:55 Marco Nalon: Victória excelente, parabéns. Fico feliz de ver o produto, porque a gente, com a araucária, tem uma história de pessoal da Cat, nosso pessoal do IPA lá, e vocês conseguiram sintetizar isso num programa agora, bem interessante. Cunha sempre teve essa vocação. E eu queria só chamar a atenção que a Floresta Ombrófila Densa, a gente tem mapeado no inventário toda essa característica que tem Cunha, e a gente tem visto em São Bento do Sapucaí, eu fico lá direto e outras. E aí já estão dando spoiler de trabalhos da turma da Ecologia da Natalia Ivanauskas. Ela tem visto que assim, essa previsão que até 2070 já está... Se fosse assim, condições naturais, de ocorrência natural, praticamente não teria mais araucária. Essas que a gente tem aí no território ainda hoje, a maior parte, segundo eles tem levantado, é porque foram feito plantios na época, teve a devastação, e eu vejo lá pessoalmente, gente que plantou talhões lá no meio da serra, há 50, 60 anos atrás, pensando em explorar aquela madeira depois, só que veio toda a legislação, tudo, e está congelada. Então a gente tem muita ocorrência de araucária no Estado de São Paulo, ainda proveniente de talhão, que o pessoal plantou, cerca viva de propriedade ou que tem mais, e pouca dispersão. Então, de ocorrência natural, mesmo, a gente tem pouquíssimo no Estado de São Paulo. Então, é importante esses programas, principalmente incentivando o plantio, que acho que vai ser a maior ferramenta para preservação da espécie é o plantio nessa situação. Então, nesse sentido, parabéns. A hora que sair o novo mapa no inventário, acho que a gente vai ter um novo desenho dessa floresta ombrófila mista também.

03:01:53 Victoria Marcondes Karvelis: Vai ser ótimo. Um dos norteadores, pelo menos da minha imersão na araucária, porque, claro, eu conhecia, mas para entender um pouco melhor, foram conversas com pesquisadores, Natália inclusive, que nos indicou livros, enfim, então foi ótimo, esse apoio foi muito importante. Mas quanto a pergunta do Henrique, a gente, agora com a reestruturação da Fundação Florestal, a gente tem uma diretoria especializada, temática para a bioeconomia, um núcleo de cadeias produtivas. Então agora a gente tem conseguido dedicar esforço e tempo de forma mais adequada, digamos assim,

com uma equipe para isso. E a expectativa é que a gente consiga atender outras cadeias ao longo desse ano. A gente já tem conversado, a Fundação vai fazer o seu planejamento anual, tem feito o seu planejamento anual, mas a expectativa é que a gente consiga fazer algo, programas e iniciativas, tanto focado na economia azul, que é algo que a gente ainda não está atendendo com esse formato, e também em cadeias do Cerrado. Então a gente tem também estudado dentro da Diretoria de Bioeconomia algo para atuar no Cerrado, já que a gente já tem atuações através do Juçara e do Araucária, na Mata Atlântica, sem prejuízo de ir entendendo e prospectando outras oportunidades de fazer esse estudo, seja para programas, ou seja para projetos, para iniciativas centralizadas em outras cadeias da sociobiodiversidade. Quanto a fonte de recurso, eu não sei se o Rodrigo gostaria de comentar.

03:03:34 Rodrigo Levkovicz: Nesse projeto específico, a gente está com apoio do FECOP, tanto a Natália como o Anderson pediram para que o FECOP pudesse contemplar, mas é isso, recursos do tesouro, recursos da Câmara de Compensação que sempre apoia, que o Jônatas apoia, recursos da Fundação pela venda de madeira e resina. Então, todos os PSAs que a gente toca, as fontes são múltiplas. Infelizmente, a gente ainda não está recebendo patrocínio da iniciativa privada, fica a provocação aqui para que a gente pudesse ter ações beneméritas na pauta de PSA, muito embora a gente tenha afirmado dois acordos bastante importantes com Abrasel e com a Silvano, que tem mirado mais nas questões de proteção. Agora a gente quer prospectar parceiros para estarem conosco nas pautas de PSA.

03:04:24 Naiana Lanza: Legal. Mais algum comentário, Victória? Senão eu passo para o Jônatas.

03:04:30 Victoria Marcondes Karvelis: Obrigada. Queria agradecer pela atenção.

03:04:33 Naiana Lanza: Jônatas, quero comentar?

03:04:36 Jônatas Trindade: Agradecer pela apresentação e falar que a Fundação está de parabéns. Quando o Rodrigo trouxe a proposta no ano passado da gente estabelecer, o ano passado, que o tempo voa, da resolução da proposta de ter um programa específico, nós abraçamos de imediato, aceleramos o processo, conseguimos aprovar a resolução também rapidamente, pelo mérito da proposta e assim, além da resolução, o que é mais importante é o trabalho que já foi feito, um trabalho que envolveu muita gente, muita discussão, um trabalho que a Fundação tem essa vontade de estar junto da comunidade, de trabalhar junto com a comunidade para buscar realmente beneficiar aqueles que realmente têm interesse e que possam realmente fazer com que o programa floresça, cresça e a gente consiga buscar também fontes de recurso. Então, como o Rodrigo colocou, Henrique, realmente a gente depende muito de recurso tesouro, a gente tem que enxergar as oportunidades e os benefícios também associados, a gente tem trabalhado muito nessa questão associada às Unidades de Conservação, mas nada impede que a gente pense e trabalhe outras propostas, sempre bem-vindas, a gente pode discutir também, por exemplo, com você e trabalhar não somente com você, mas com os diversos conselheiros, com os demais conselheiros, formas de a gente realmente aprimorar e fortalecer o PSA aqui no estado. A gente entende que é um caminho que funciona bastante, a gente já tem essa pegada aqui, já tem desenvolvido diversos projetos, principalmente em relação à restauração florestal, que tem um apelo grande, que é uma bandeira, que é a que a secretária tem defendido e que a gente tem

trabalhado intensamente. A gente só tem que trabalhar nos mecanismos legais e na forma como a gente consegue buscar recursos. Então eu acho que é muito nesse sentido que a gente tem buscado trabalhar. A Fundação tem um papel fundamental nesse processo, porque tem desenvolvido a maior parte dos PCAs ao longo do tempo, mas a gente também tem, dentro da Secretaria, por exemplo, a Diretoria de Biodiversidade e Biotecnologia, que também tem projetos de PSA. Então é um conjunto e é pensar em realmente, e aí essa questão de recurso é muito importante em relação a questão da perenidade desse programa. A gente precisa realmente ter fontes que a gente consiga garantir. Eu acho que assim, a gente consegue garantir muito também pelo resultado. Os resultados que têm advindos desse processo, desses diversos processos de condução de ações de PSA têm mostrado que é um caminho robusto, é um caminho que traz resultado e o envolvimento direto da população, daquela comunidade que participa, gerando resultados que extrapolam com certeza aquele ambiente, que é o que a gente tem observado também ao longo do tempo. Então acho que é isso, parabenizar o trabalho da equipe da Fundação, que é um trabalho maravilhoso, e esperamos contar com a contribuição de todos os conselheiros para pensar realmente alternativas e meios de implementar outros PSAs que se sustentem. A gente tem recebido contribuições, mas a minha preocupação agora como gestor, olhando para o todo, é que às vezes as propostas vêm de forma muito pulverizada e que não se sustentam do ponto de vista local. Às vezes a gente tem essa preocupação também de enxergar o território, entender aquilo que possa trazer o maior benefício, mas também tem que entender uma lógica que se sustente ao longo do tempo, não só do ponto de vista financeiro, mas do ponto de vista de projeto. Não adianta você apresentar um projeto maravilhoso, mas que a comunidade abraça agora e daqui a um mês, sei lá, estou exagerando, mas daqui um ano não se sinta mais a vontade de participar e aí você desmobiliza um trabalho que demandou mobilização muito grande. Então, entender nichos, entender oportunidades que acabam sendo oportunidades de mobilização, o do pinhão foi muito nesse sentido, de uma mobilização local em que a gente possa realmente fortalecer uma cadeia que é importante. Então, era basicamente isso que eu gostaria de falar, agradecer a participação de cada um nesse dia de hoje. Acho que foi bastante rico e agradecer ao André pela compreensão, até pelo horário, as agendas múltiplas, mas contando com a sua participação na próxima reunião aqui do CONSEMA para que a gente possa apresentar o Fina Clima e o avanço que tem tido, que tem muito a ver não só com a pauta da restauração, mas outras pautas que vão avançar um pouco mais para frente, mas agora o foco tem sido a restauração. A apresentação da Victória excelente, a do Sérgio Murilo também. E falar que a gente tem, eu acho que o trabalho bem feito é o trabalho de quem se envolve no dia a dia e que tem a vontade de fazer a diferença. Eu acho que a equipe SEMIL, Fundação, CETESB tem feito a diferença e eu sou muito grato de poder trabalhar num ambiente tão propício, com pessoas tão engajadas em fazer a diferença para o meio ambiente, para a sociedade paulista como um todo. Então, obrigado pessoal e até a próxima.